

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

FERNANDO JOSÉ PAGNUSSAT

**A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
CAMARGO, RIO GRANDE DO SUL**

**Camargo
2013**

FERNANDO JOSÉ PAGNUSSAT

**A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
CAMARGO, RIO GRANDE DO SUL.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Coorientador: Márcio Zamboni Neske

Camargo

2013

FERNANDO JOSÉ PAGNUSSAT

**A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO
DE CAMARGO, RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (A)

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Orientador

UFRGS

Prof (a). Dr (a). Marlise Amália Reinehr Dal Forno

UFRGS

Prof (a). Dr (a). Marcelo Antônio Conterato

UFRGS

Camargo, 02 de agosto de 2013.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a consolidação de um sonho realizado e, com certeza, não é um ponto final, pois apesar do momento ter sido adiado por alguns anos, a maturidade me deu a tranquilidade e a certeza de um recomeço convicto da sequência.

O meu sincero agradecimento a todos que me deram suporte e alimentaram minha convicção nesta caminhada.

Primeiramente agradeço a nosso pai celestial pela bênção da vida e pela oportunidade de chegar aqui.

A meus pais pela força, alegria e entusiasmo nas conquistas dos filhos.

À minha esposa Cláudia e meus filhos Amábile, Otávio e Eloise pelo esforço e compreensão nos momentos em que a atenção dedicada a eles era pouca, e a esperança de servir como exemplo.

Aos professores Lovois e Márcio por terem aceitado a orientação, pela paciência e todos os conhecimentos e experiências repassados durante a orientação. Um muito obrigado a todos os professores, tutores e coordenadores do PLAGEDER.

Um agradecimento especial à coordenadora Mariluz e às tutoras Maribel e Silvane do polo de Camargo pelo tempo e dedicação incondicional ao andamento do curso.

Agradeço também aos empresários e produtores rurais que me acolheram durante os estágios e este trabalho final; acreditem, tiveram grande participação nesta conquista.

Enfim, agradeço também a todos que não foram citados, mas que de uma forma ou de outra participaram para que eu chegasse ao final.

RESUMO

Os estudos recentes ligados à temática do desenvolvimento rural têm dedicado atenção especial aos processos agrícolas contemporâneos marcados pela crescente inserção dos agricultores familiares aos mercados. Dentro dessa perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa foi avaliar os processos de diferenciação social e econômico produzidos pela mercantilização da agricultura no município de Camargo. Utilizando-se da abordagem do estudo de caso como apoio metodológico, o estudo tratou da análise de três sistemas de produção ligados a forma de produção e trabalho da agricultura familiar. Os resultados do estudo indicam que os sistemas de produção investigados estão inseridos em circuitos mercantis que remetem a uma dependência do processo produtivo com os mercados, ainda que essa dependência não seja conscientemente percebida pelos agricultores, como é o caso dos agricultores produtores de suínos e aves. Entretanto, apesar desta inserção aos mercados, as transformações não ocorreram de forma uniforme, existindo diferentes graus de mercantilização que são responsáveis por caracterizar a diversidade da agricultura familiar em Camargo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural. Mercantilização da Agricultura.

ABSTRACT

Recent studies related to the theme of rural development have devoted special attention to contemporary agricultural processes marked by increasing participation of small farmers to markets. Within this perspective, the objective of this research was to evaluate the processes of social and economic differentiation produced by the commercialization of agriculture in the municipality of Camargo. Using the case study approach as methodological support, the study dealt with the analysis of three production systems linked to form of production and work the family farm. The study results indicate that production systems investigated are inserted in mercantile circuits that lead to a dependence of the production process with the markets, although this dependence is not consciously perceived by farmers, as in the case of farmers producing pork and poultry . However, despite this insertion to the markets, the changes did not occur uniformly, there are different degrees of commodification that are responsible for characterizing the diversity of family farming in Camargo.

Keywords: Family Farming. Rural Development. Commoditization of Agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização do município de Camargo, RS.....	19
Figura 2 – Efetivo de suínos no Rio Grande do Sul, média 2009-2011.	29
Figura 3 – Efetivo de aves no Rio Grande do Sul, média 2009-2011.	31
Figura 4: Uso da terra do SP 1, evidenciando a sede do estabelecimento, benfeitorias e área de cultivo.....	38
Figura 5: Uso da terra do SP 2, evidenciando as áreas de benfeitorias, de cultivo e pastagem permanente.	39
Figura 6: Uso da terra do SP 3, evidenciando as áreas de benfeitorias, de cultivo e pastagem permanente.	40
Figura 7: Uso da terra do SP 3, evidenciando a área de reserva e de cultivo.....	40
Figura 8: Uso da terra SP 3, evidenciando a área de reserva e de cultivo.	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) de Camargo, e classificação segundo o idese geral do estado -2009.....	25
Tabela 2 - Produto Interno Bruto (PIB) total e <i>per capita</i> , estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Camargo – 2010.....	25
Tabela 3 - Evolução da população rural e urbana em Camargo.....	26
Tabela 4 – Estrutura fundiária do município de Camargo.	26
Tabela 5 – Formas de utilização da terra em Camargo.....	27
Tabela 6 – Número de estabelecimentos agropecuários que produzem leite em Camargo – 2006.....	28
Tabela 7 – Grau de integração com o mercado dos estabelecimentos agropecuários com suínos na agricultura familiar em Camargo.	29
Tabela 8 – Grau de especialização de estabelecimentos agropecuários com suínos na agricultura familiar em Camargo.....	30
Tabela 9 – Grau de integração com o mercado de estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura familiar em Camargo.	31
Tabela 10 – Grau de especialização do estabelecimento de estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura familiar em Camargo.....	32
Tabela 11 – Área plantada e percentual da área total plantada de lavoura de milho, soja e trigo.....	32
Tabela 12: Idade, sexo e número de membros na família nos sistemas de produção investigados.....	35
Tabela 13 - Estratificação da Unidade Trabalho Familiar (UTHf), Total (UTHt) e Contratada (UTHc) nos sistemas de produção investigados.....	36
Tabela 14 - Formas de uso da terra entre os sistemas de produção analisados.	37
Tabela 15 - Produto Bruto por Atividade (PBA) produtiva e Produto Bruto Total (PBT)* dos sistemas de produção investigados.	42
Tabela 16 - Externalização (CI/PBT) e Consumo Intermediário (C.I) dos sistemas de produção investigados.....	43
Tabela 17 - Indicadores de rendimentos e remuneração dos sistemas de produção investigados.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CI: Consumo Intermediário.

COREDE: Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FEE: Fundação de Economia e Estatística.

HA: hectare.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDESE: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico.

PBA: Produto Bruto Agrícola.

PBT: Produto Bruto Total.

PBTA: Produto Bruto Total Agrícola.

PIB: Produto Interno Bruto.

RA: Renda Agrícola.

RAPOS: Renda de Aposentadorias.

REx: Rendas Externas.

RÑA: Renda Não Agrícola.

ROTS: Rendas De Outras Transferências Sociais.

RT. Renda Total.

SAU: Superfície Agrícola Útil.

SP: Sistema de Produção.

ST: Superfície Total.

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso.

UPAs: Unidades de Produção Agrícola.

UTH: Unidade de Trabalho Homem.

UTHc: Unidade de Trabalho Homem contratada.

UTHf: Unidade de Trabalho Homem familiar.

UTHt: Unidade de Trabalho Homem total.

VAB: Valor Adicionado Bruto.

VAL: Valor Agregado Líquido.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DIVERSIDADE PRODUTIVA	14
2.1 Breve revisão sobre a modernização da agricultura.....	14
2.2 Mercantilização da agricultura.....	16
2.3 Agricultura familiar e diferenciação social e econômica	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
3.1 Delimitação da área de estudo	19
3.2 Etapas de levantamento dos dados.....	19
3.2.1 Coleta e tratamento dos dados secundários existentes	20
3.2.2 Levantamento dos dados e informações a campo	21
3.2.3 Técnicas de coleta de informações.....	21
4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA AGRICULTURA E DINÂMICAS SÓCIOECONÔMICAS E PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CAMARGO.....	23
4.1 Aspectos históricos do município de Camargo e diferenciação da agricultura	23
4.2 Aspectos ambientais.....	24
4.3 Aspectos socioeconômicos, dinâmica populacional e situação fundiária	24
4.4 Aspectos produtivos	27
5 AS METAMORFOSES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM CAMARGO.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXO A – ROTEIRO DE PESQUISA	53
ANEXO B – INDICADORES AGRO-SOCIOECONÔMICOS	70
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO	77

1 INTRODUÇÃO

No que se refere ao desenvolvimento rural, em especial à agricultura familiar, os estudos recentes buscam evidenciar diferentes diretrizes que não fiquem limitadas às análises econômicas, procurando, com isso, aprofundar os estudos nas questões sociais, ambientais e culturais que envolvem os processos produtivos do mundo rural, baseando-se, assim, em perspectivas com os enfoques sistêmicos. Dentro desta perspectiva, os estudos ligados ao desenvolvimento rural têm dedicado atenção especial aos processos agrícolas contemporâneos marcados pela crescente inserção dos agricultores familiares aos mercados.

Os padrões produtivos implantados pela revolução verde através dos preceitos de modernização da agricultura provocaram na agricultura uma ruptura entre o moderno e o atrasado, conforme destacado por Fleury (2009), onde se distinguiu as agriculturas que aderiram às inovações tecnológicas modernas das agriculturas que mantiveram os padrões produtivos tradicionais. Essa polarização entre moderno e atrasado foi responsável por consolidar modelos exógenos de desenvolvimento em regiões onde a modernização da agricultura adentrou com mais força, verificando processos produtivos mais especializados e integrados aos mercados de insumos e serviços.

Nesse sentido, o processo modernista não ocorreu de forma igual entre todos os agricultores, havendo diferentes graus de mercantilização marcados pelas formas variadas de inserção dos agricultores aos mercados. No estado do Rio Grande do Sul, o processo de mercantilização da agricultura ocorreu de forma diferente, de acordo com as especificidades de cada região.

Na região norte do estado, a configuração de uma base produtiva a partir da produção de *commodities* agrícolas decorrente da modernização agrícola, elevou o grau de dependência dos agricultores familiares às inovações tecnológicas e aos mercados, modificando as formas de reprodução social desses agricultores na medida em que a mercantilização adentrou nas relações de trabalho e reprodução, como demonstram os estudos de Conterato (2004) e Niederle (2007). Fenômeno um pouco diferente foi observado por Neske (2009) na região do Alto Camaquã, no sul do estado, onde as formas familiares de pecuária de corte não sofreram com a mesma intensidade os impactos e efeitos da mercantilização, devido a uma série de condicionantes socioeconômicos, culturais e ecológicos presentes no modo de vida dos pecuaristas familiares da região.

Dentro desta perspectiva, este estudo busca analisar a mercantilização da agricultura no município de Camargo, Rio Grande do Sul, localizado na mesorregião Noroeste Rio-

grandense. Nesse município, a agricultura familiar compõe a base social e produtiva e, da mesma forma que ocorreu em outras regiões e municípios do Rio Grande do Sul, em Camargo a modernização da agricultura fora marcada pela intensa modificação da base produtiva e integração dos agricultores familiares aos mercados.

Sendo assim, apesar dos propósitos da modernização de conduzir os agricultores a um processo de homogeneização produtiva, a mercantilização, ao contrário, como afirma Ploeg (1993), é um processo que atua de forma a apresentar diferentes graus entre os agricultores, não sendo um processo homogêneo, e sim caracterizado pela heterogeneidade social, econômica e produtiva. No entanto, isso não significa que os agricultores de Camargo não estejam integrados, e, muitas vezes, subordinados aos mercados. Portanto, torna-se necessária uma avaliação que revele as diferentes formas e intensidades (ainda desconhecidas) que os agricultores familiares estão integrados ao processo de mercantilização.

Diante dessa problemática, o problema de pesquisa busca responder a seguinte questão: como a mercantilização afeta os sistemas produtivos da agricultura familiar no município de Camargo?

Ligado ao problema de pesquisa, o objetivo geral desse estudo é avaliar os processos de diferenciação social e econômico produzidos pela mercantilização da agricultura no município de Camargo. Como objetivos específicos, procura-se: (1) Caracterizar os aspectos produtivos e socioeconômicos que envolvem a agricultura familiar no município de Camargo; (2) Identificar como se deu o processo de diferenciação produtiva, social e econômica entre os agricultores familiares a partir da inserção no ambiente mercantil em que estão inseridos; (3) Verificar os impactos sociais e econômicos provocados pelo processo de mercantilização nos sistemas produtivos familiares.

Esse estudo está centrado em um modelo de análise que procura dar ênfase as formas distintas de como as unidades familiares estão envolvidas no processo mais geral da mercantilização, e como isso afeta os sistemas de produção da agricultura familiar, levando-se em consideração as particularidades que envolvem os diferentes tipos de agricultores. A busca por esse tipo de estudo é justificada pela curiosidade do autor que tem acompanhado e observado as mudanças produtivas da agricultura familiar em Camargo ocorridas a partir dos anos 70, curiosidade essa preocupada em entender os impactos sociais e econômicos dessas mudanças.

Vislumbra-se, também, com esse trabalho, uma possibilidade importante em reunir elementos que possam servir de subsídios para possíveis intervenções técnico-administrativas no município, na medida em que os resultados possam apontar caminhos que sejam capazes

de diagnosticar com mais precisão a heterogeneidade que envolve a agricultura familiar de Camargo.

Além desta parte introdutória, o trabalho é composto por outros quatro capítulos juntamente com as considerações finais, referências bibliográficas, anexos e apêndices. O segundo capítulo apresenta as noções conceitual-analíticas orientadoras do trabalho, analisando, particularmente o debate sobre a modernização e mercantilização da agricultura. O terceiro capítulo apresenta as bases metodológicas que nortearam o trabalho na busca dos resultados. O quarto capítulo apresenta os aspectos históricos e a dinâmica socioeconômica e produtiva de Camargo. Por fim, o quinto capítulo adentra nos resultados da pesquisa de campo, fazendo uma análise a partir do problema de pesquisa e objetivos do trabalho.

2 MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DIVERSIDADE PRODUTIVA

2.1 Breve revisão sobre a modernização da agricultura

A evolução da agricultura, desde seus primórdios, passa pela necessidade humana de alimentar sua espécie, cujo crescimento acima das capacidades de produção praticadas nas formas primitivas obrigou o homem a procurar formas diferenciadas capazes de suprir suas necessidades, de sua família e da população, cuja atividade não é de produção de alimentos. Estas formas diferenciadas são discutidas ainda na atualidade, seguindo várias linhas de pensamentos de estudiosos do assunto, necessitando desta forma a utilização dos conceitos dos principais pensadores para uma compreensão do progresso técnico na agricultura.

A modernização da agricultura está diretamente relacionada à ideia de progresso técnico, conforme é possível observar na perspectiva apresentada por Graziano da Silva (1990). Conforme destaca esse autor, o progresso técnico na agricultura foi essencial pelo fato de aumentar a produtividade das pessoas envolvidas, aumentando o trabalho excedente e diminuindo os custos de produção. Graziano da Silva (1990), ainda destaca que a modernização da agricultura introduziu o modelo capitalista no setor agrícola, com a premissa de diminuir os impactos provocados pelas adversidades naturais a qual a agricultura esta exposta.

De acordo com Graziano da Silva (1990), os “pacotes tecnológicos” oriundos da modernização da agricultura geraram inovações mecânicas facilitadoras do trabalho no campo através do uso de tratores e implementos, máquinas e ferramentas; inovações químicas e físicas que proporcionam aumento da produtividade pela melhoria da fertilidade do solo e a facilitação no controle de pragas e doenças, como fertilizantes, agrotóxicos, medicamentos, suplementos vitamínicos entre outros; e ainda as inovações biológicas, onde as intervenções na genética de plantas e animais possibilitam padronizar e aumentar sua eficiência produtiva.

Neves (2009) aponta que a modernização agrícola esta diretamente ligada aos interesses da modernização industrial. Neste sentido, Almeida (1995), destaca que a agricultura no contexto da modernização:

“[...] tem um papel funcional e secundário ao “setor” industrial, ou seja, o de fornecer matérias-primas, força de trabalho barata e ser um mercado consumidor para os bens industriais, passando a incorporar a noção de crescimento, buscando desenvolvimento econômico e político, agregando novas tecnologias, aderindo à economia de mercado, buscando a especialização da produção tendo esta produção dependência a montante e a jusante da propriedade, estabelecendo um novo modelo de agricultura, menos independente e com sua estrutura social modificada”. (ALMEIDA, 1997, p.39).

Almeida (1997) analisa que a integração da agricultura à indústria vai além do simples aumento das relações de compra, do aumento da produtividade e consequente aumento nas vendas, passa por um processo de transformação radical nas suas estruturas social, de produção e de comercialização. Esta transformação no meio rural não ocorreu de maneira homogênea como era a premissa do modelo tecnicista implantado, pois as políticas não foram direcionadas de maneira a atender as especificidades de cada região ou sistema produtivo, e sim a privilegiar os que tinham oportunidades e condições de aderir ao modelo produtivo intensivo dito “moderno”, excluindo e marginalizando um contingente imenso de agricultores das ações políticas (PALMEIRA, 1989).

A modernização do setor agrícola bem como as mudanças ocorridas no meio rural está associada ao papel do Estado como agente das mudanças. Na visão de Fleury (2008), estas mudanças colocam o rural como moderno e atrasado, atingindo tanto a agricultura mais tecnicista como a agricultura familiar, tendo investimentos subsidiados direcionados à produção altamente tecnificada, deixando assim a pequena propriedade de fora desta fatia e desestimulando a manutenção das práticas familiares.

De acordo com Netto, Melo e Maia (2010), a modernização implica num grau avançado de especialização que gera uma perda de autonomia do agricultor porque aumenta seu relacionamento com fornecedores de insumos necessários à produção, assim como aos compradores e distribuidores de seus produtos finais, dessa forma delimitando o poder decisório do agricultor, de maneira que as decisões são tomadas mais a partir da necessidade da indústria do que a do próprio agricultor.

Também relacionada com a modernização da agricultura, Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) apontam que a modernização capitalista da agricultura não se desenvolveu da mesma forma ao setor industrial pelo fato de a agricultura ter particularidades ou obstáculos naturais à reprodução industrial, não sendo possível, por exemplo, pular etapas fisiológicas de uma planta para encurtar o espaço entre o plantio e a colheita. Desta forma, o capitalismo procurou se apropriar de fatores no processo produtivo agrícola, substituindo ou agregando fatores, garantindo-lhe a dependência do setor, denominado pelos autores de “apropriacionismo”.

2.2 Mercantilização da agricultura

A mercantilização da agricultura é um processo que está relacionado com a dependência do agricultor a fatores externos a sua propriedade, externalizando parte ou total os processos produtivos, e surge com mais intensidade a partir do processo de modernização da agricultura que se apropria de uma parcela significativa de agricultores familiares e fragiliza sua reprodução social e alimentar (GAZOLLA, 2004). Contudo, para Ploeg (1993), a mercantilização está longe de ser um processo uniforme e irreversível mesmo em regiões mais deprimidas, pois, o grau de mercantilização depende dos níveis em que os processos de produção estão mercantilizados, caracterizando assim diferentes graus de mercantilização.

Diferentemente da indústria em que o capital domina todos os processos produtivos, na agricultura, pela complexidade que envolve os processos, a mercantilização é incapaz de assumir o domínio sobre alguns fatores, que podem ou não ser transformados em produtos mercantilizados. Ainda de acordo com Ploeg (1993), a necessidade e a capacidade de coordenar as diversas tarefas dentro do processo produtivo colocam a produção mercantil simples em vantagem sobre a produção capitalista.

De acordo com Long (2001) *apud* Conterato *et. al* (2011), a mercantilização da agricultura expressa um balanço entre a produção para autoconsumo e para o mercado, sendo essa relação importante para determinar o nível de externalização e a intensidade com que a mercantilização se infiltra no processo de trabalho e de produção.

De acordo com Ploeg (1993), o grau de mercantilização agrícola é determinado pela negociação entre agricultores e agentes externos, determinando o nível e a intensidade em que as relações mercantis entram no processo de trabalho e produção agrícola, o que determina desta forma, as particularidades em que cabem os fatores sociais, econômicos e familiares em cada espaço e tempo. Portanto, a mercantilização é um processo que permite analisar as diferenças nas sociedades agrárias mais tradicionais até as mais tecnificadas.

De certo modo, a mercantilização associada ao processo mais geral da modernização da agricultura, criou um conjunto de relações sociais capaz de modificar as percepções que regem os agricultores na construção de diferentes estilos de agricultura (NIEDERLE, 2007). Conforme Niederle (2007), a união dos distintos significados da mercantilização mostra-nos como os mercados vão além de mecanismos simples de comercialização, pois esses são instituições que refletem a permanente troca entre os atores, seus projetos, suas estratégias culturais, constituindo uma nova atmosfera de relações sociais correspondente aos diferentes níveis de inserção dos agricultores aos mercados. Desta forma, a mercantilização sujeita o

agricultor familiar ao mercado de acordo com a cientifização e externalização da produção agrícola e das diferentes relações que os agricultores estabelecem com os mercados.

No entendimento de Ploeg (1993):

La llamada modernización de la agricultura sigue frecuentemente la ruta de la externalización por la cual un número creciente de tareas son separadas del proceso laboral agrícola y son así asignadas a organismos externos. (PLOEG, 1993, p. 169).

Este frequente caminho de integração gradual e crescente em que os agricultores vinculam-se ao mercado na condição de compradores e vendedores, no acesso à assistência técnica, crédito e outras formas de integração são muito importantes para a sua reprodução social. Nesse sentido quanto maior o grau de mercantilização estabelecido nas relações entre agricultores e mercados, a reprodução social do grupo familiar se torna mais fragilizada e vulnerável.

No entanto, mesmo que em muitas situações os agricultores familiares se encontram em situações de dependência elevada aos mercados de insumos e serviços, os agricultores familiares tem, segundo Conterato (2004), uma capacidade de absorver e internalizar os efeitos do mercado, desenvolvendo capacidades de reação que visam criar maior autonomia frente aos mercados. Na seção seguinte, serão tratados alguns aspectos relacionados à heterogeneidade social da agricultura familiar no contexto da mercantilização.

2.3 Agricultura familiar e diferenciação social e econômica

As transformações decorrentes da mercantilização da agricultura, através das políticas públicas de apoio e as inovações tecnológicas oriundas do período de modernização da agricultura, foram responsáveis por conduzir e acelerar a integração dos agricultores familiares aos mercados, observando-se, em decorrência disso, transformações na base produtiva da agricultura familiar.

Para as condições observadas no Rio Grande do Sul, o trabalho realizado por Gazolla (2004), na região nordeste do estado mostra a fragilização da agricultura familiar no que se refere à produção para o autoconsumo, pois o autor demonstra que a mercantilização foi responsável por conduzir a quase extinção da produção para autoconsumo devido à especialização produtiva dos agricultores familiares.

Essa situação conduziu os agricultores familiares a uma situação de vulnerabilidade, gerando o aparecimento de situações de pobreza e insegurança alimentar, e nem mesmo as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, como é o caso do Pronaf, minimizam os efeitos perversos dessa situação, servindo muito mais como reforço ao padrão produtivista do que estimular e reestruturar a produção para autoconsumo (GAZZOLA, 2004).

Porém, a mercantilização da agricultura, enquanto expressão máxima do processo de modernização da agricultura, por mais que possa ter alterado e transformado consideravelmente as características produtivas das agriculturas de base familiar, não é um processo que torna os agricultores familiares sujeitos totalmente subordinados às leis e regras dos mercados de insumos e serviços. Neste panorama, os trabalhos realizados por Niederle (2007), Conterato (2008) e Neske (2009) dão conta de evidenciar que a mercantilização da agricultura não é um processo homogeneizador que determina por completo a condição de sobrevivência da agricultura familiar.

Mesmo inseridos no ambiente mercantil, os agricultores familiares são capazes de se reproduzir e até se fortalecer, desenvolvendo estratégias produtivas e de trabalhos internas à unidade familiar que visam diminuir o grau de externalização com os mercados de produtos e serviços. Nesse sentido, conforme Neske (2009):

“É no ambiente hostil em que estão inseridos, que os agricultores vão desenvolver as suas estratégias de manutenção e aperfeiçoamento de uma base de recursos que seja auto-controlada pela família, de co-produção, relação com os mercados, produção para autoconsumo e, por fim, a busca pela viabilização da reprodução da família”. (NESKE, 2009, p.42).

Assim, pelo simples fato dos agricultores estarem inseridos de diferentes formas e intensidades aos mercados, isso já os torna diferentes e, portanto, a mercantilização na agricultura é responsável por promover a heterogeneidade social, econômica e produtiva da agricultura familiar (PLOEG, 1993). Portanto, os diferentes graus de mercantilização fazem surgir o que Ploeg (2003) *apud* Neske (2009) chama de diferentes estilos de agricultura, resultado da capacidade de resistência proporcionada pela heterogeneidade da agricultura.

Nesse sentido, são oportunizadas condições aos agricultores familiares de criar artifício para sua reprodução, caracterizando um processo não linear e homogêneo da agricultura. Para Ploeg (1994) *apud* Neske (2009), estilos de agricultura são os diferentes meios adotados pelos agricultores a partir de uma perspectiva local às forças externas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Delimitação da área de estudo

Conforme tem se destacado no decorrer desse estudo, o município de Camargo representa o contexto empírico de realização do estudo. Está localizado na mesorregião Noroeste Rio-grandense, microrregião de Passo Fundo (IBGE, 2009), e pertence ao COREDE Produção, conforme a divisão dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) do Estado do Rio Grande do Sul, definida pela Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2008). São municípios limítrofes, os municípios de Nova Alvorada ao Sul, Marau ao Norte, Vila Maria a Leste e Soledade a Oeste.

Figura 1- Localização do município de Camargo, RS.



Fonte: Wikipédia (2013)

O estudo foi realizado nas comunidades de São Victor e Santo Antônio de Lisboa, nas quais encontram-se as propriedades estudadas.

3.2 Etapas de levantamento dos dados

A partir da problemática proposta neste estudo, e com base no referencial conceitual-analítico utilizado, como orientação metodológica, a pesquisa adotou o estudo de caso como

principal metodologia de investigação, valendo-se de instrumentos quali-quantitativos. De acordo com Fonseca (2002) *apud* Gerhardt; Silveira, (2009, p39), o estudo de caso procura conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação, identificando o que há de mais essencial e característico. De acordo com Yin (2001) *apud* Niederle (2007, p.17), “esta estratégia de pesquisa permite investigar um fenômeno cuja articulação entre este e o contexto faz com que um esteja transformando continuamente o outro e, desta forma, impedindo que possam ser compreendidos isoladamente”.

Desta forma, a utilização do estudo de caso, ao relacionar características do contexto econômico, cultural, social e ambiental, possibilitou investigar com profundidade as questões e os processos relacionados à mercantilização da agricultura nas comunidades selecionadas para o estudo.

Assim, para avaliar os processos de diferenciação social e econômico produzidos pela mercantilização da agricultura entre produtores integrados às indústrias de suínos e aves no município de Camargo, RS, fez-se uso da abordagem quanti-qualitativa. De acordo com Fonseca (2002) *apud* Gerhardt; Silveira (2009, p.33), a utilização das duas formas (quantitativa e qualitativa) permite captar um maior número de informações do que se utilizadas de forma isolada, visto que na forma quantitativa os resultados podem ser quantificados a partir das análises de dados brutos utilizando ferramentas matemáticas “para descrever as causas de um fenômeno”, diferentemente, a forma qualitativa busca compreender e explicar as relações globais e locais em determinado fenômeno, buscando as particularidades do mundo social e o mundo natural.

Portanto, através da combinação dos métodos qualitativos e quantitativos foi possível a compreensão das dinâmicas socioeconômicas que envolvem as UPAs em relação ao processo de mercantilização agrícola, permitindo identificar as estratégias adotadas pelos agricultores para se reproduzirem no contexto mercantil que estão inseridos.

3.2.1 Coleta e tratamento dos dados secundários existentes

Como primeira aproximação da realidade empírica, foi realizada pesquisas a fontes secundárias existentes (censos, mapas, teses, dissertações, tccs, etc.) com o objetivo de realizar uma caracterização e melhor contextualização do espaço empírico a ser estudado.

Assim, foram realizadas pesquisas exploratórias no município de estudo junto às organizações locais, como associações de produtores e criadores, Secretaria Municipal de Agricultura, escritório municipal da Emater, e, também, consultas em fontes de dados

estatísticos e históricos disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Fundação de Economia e Estatística (FEE) e bibliotecas digitais que permitiram subsidiar informações antes da inserção à pesquisa de campo propriamente dita.

3.2.2 Levantamento dos dados e informações a campo

O recorte de análise do estudo foram agricultores familiares integrados à indústria de aves e suínos. Essa etapa do estudo foi realizada nos meses de março e abril de 2013 e as unidades de análise foram diferentes UPAs familiares selecionadas por apresentarem sistemas de produção diferentes entre si. De acordo com HIRAKURI *et al.* (2012) um sistema de produção integrado é formado por “um conjunto de sistemas de cultivo e ou criação no âmbito de uma propriedade rural definida a partir dos fatores (terra, capital e mão de obra) e interligado por um processo de gestão” (HIRAKURI *et al.*, 2012, p.13).

Assim, cada UPAs representou um sistema de produção diferente e foram selecionados três sistemas de produção para o estudo, conforme segue: a) SP1: criação de aves e cultivos de soja, milho e trigo; b) SP2: criação de aves e produção de leite; c) SP3: criação de suínos, produção de leite e cultivos de soja, milho e trigo.

Importante destacar que os sistemas de produção selecionados para esse estudo são os mais representativos no município de Camargo e, por essa razão, foram os sistemas produtivos selecionados. Assim, considerando o curto tempo que corresponde à realização do TCC, optou-se por selecionar os sistemas de produção que são mais expressivos.

No entanto, certamente a diversidade produtiva no meio rural do município não se restringe aos sistemas de produção identificados nesse trabalho, havendo possivelmente agricultores familiares que desenvolvem outros tipos de atividades (como pluriatividade, agroindústrias, etc.).

3.2.3 Técnicas de coleta de informações

Quanto às técnicas de coleta das informações, adotou-se uma combinação de técnicas através do uso de questionário, roteiro de entrevista semiestruturada e diário de campo. O uso de questionário formulado com perguntas mistas foi à base da entrevista aos agricultores, tendo por ano base o período de março de 2012 a março de 2013 (Anexo A).

A entrevista semiestruturada foi norteada por roteiro pré-estabelecido, permitindo, assim, que o entrevistado discorra livremente sobre os assuntos, o que tornou possível

compreender mais detidamente aspectos relevantes como valores, crenças e atitudes, ao qual o entrevistador dificilmente conseguiria compreender utilizando um questionário com perguntas fechadas. Desta forma, através dos diálogos foi possível apreender dos agricultores familiares os seus entendimentos e lógicas de ação a cerca de como identificam a situação atual da agricultura, de como era no passado e do que esperam para o futuro, das condições a que estão expostos pela integração às agroindústrias.

Essa fase da pesquisa de campo foi realizada nos meses de março e abril. A análise dos dados quantitativos coletados neste estudo foi realizada através do emprego de técnicas de cálculos matemáticos utilizando a planilha eletrônica EXCEL, que, a partir de indicadores agros socioeconômicos (Anexo B), disponibilizaram informações referentes às condições econômicas, as relações de trabalho, o uso das terras e o grau de externalização da produção, entre outras. Os indicadores agros socioeconômicos foram extraídos de Miguel e Machado (2010).

Já os dados qualitativos foram avaliados através de análise de conteúdo, o qual sugere “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que buscam indicadores (quantitativas ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens” (BARDIN, 1979, *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 84).

Assim, a forma de análise quantitativa proporcionou avaliar os processos de diferenciação social produzida pela mercantilização da agricultura entre os produtores integrados às agroindústrias de aves e suínos, bem como identificar algumas estratégias de reação ou adaptação ao ambiente mercantil que estão inseridos.

Além disso, foi utilizado o “Termo de consentimento informado, livre e esclarecido”, com a finalidade de preservar os dados coletados (Anexo C).

4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA AGRICULTURA E DINÂMICAS SÓCIOECONÔMICAS E PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CAMARGO

Neste capítulo, faz-se um relato dos aspectos que protagonizaram a agricultura no município de Camargo, tendo como base a evolução histórica, a composição étnica, os aspectos ambientais, os aspectos socioeconômicos, a situação fundiária e os aspectos produtivos que predominam na agricultura familiar do município, buscando dados históricos disponíveis nas instituições que representam cada aspecto.

4.1 Aspectos históricos do município de Camargo e diferenciação da agricultura

O município de Camargo foi povoado por volta de 1910, por imigrantes de origem italiana oriundos da região serrana do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente de Bento Gonçalves e Antônio Prado. Esses imigrantes trouxeram consigo os costumes de origem associados ao cultivo da terra. Inicialmente, produziam milho, trigo, feijão, arroz e produtos hortícolas que basicamente serviam para a subsistência familiar que era quase sempre muito numerosa. Assim como as criações de suínos, galinhas e bovinos destinados à alimentação familiar e tração animal nos serviços de trabalho com a terra.

Do ponto de vista político, Camargo pertenceu inicialmente ao município de Soledade e posteriormente ao município de Marau, de onde conseguiu sua emancipação política no ano de 1988. O município sempre teve como base econômica a agricultura, a qual, como mencionado anteriormente, era praticamente de subsistência com uso de mão de obra familiar, a qual era abundante na época, e na forma de mutirão com vizinhos, prática muito utilizada pelos descendentes italianos.

A partir da década de 1970, acompanhando o processo de modernização da agricultura iniciado no Brasil, a agricultura do município de Camargo inicia o processo mais acentuado de mercantilização da agricultura, elevando aos poucos a externalização das atividades produtivas agrícolas, principalmente com a introdução da cultura da soja que inicialmente era cultivada de maneira braçal, mas que rapidamente absorveu os preceitos da tecnificação e a mecanização. Assim, ao longo das últimas décadas, a agricultura de Camargo foi se

diferenciando dos padrões socioeconômicos e produtivos praticados no período da formação do município.

Atualmente a base produtiva do município continua sendo a agricultura familiar, conforme se verificará mais adiante, porém, uma agricultura mais dinamizada integrada aos mercados. Esse é o caso das atividades agrícolas, como as lavouras cultivadas de soja, milho e trigo, assim como as atividades pecuárias, como a produção leiteira, criação de suínos e aves, as últimas, na forma de integração vertical às agroindústrias do setor.

4.2 Aspectos ambientais

O clima do município de Camargo é temperado, com estações do ano bem definidas, porém, um inverno rigoroso e temperatura anual em média de 16°, com geadas no inverno e calor significativo no verão, o regime de chuva apresenta chuvas bem distribuídas ao longo do ano, onde a precipitação média anual varia entre 1700 mm e 1900 mm (LODI; ROMANI, 1992).

O solo do município é formado por litossolos na região das encostas, apresentando grande quantidade de pedras e pedregulhos e, nas porções mais planas, formado por neossolo, que são solos mais propícios aos cultivos agrícolas (EMBRAPA, 2009).

A vegetação predominante no município é a floresta de araucárias que caracteriza a região do planalto gaúcho, como também uma porção de campo com gramíneas nativas intercaladas, vegetação de mata formada por angicos, brânquias, pessegueiros, ipês, entre outras. No que se refere à hidrografia, o município de Camargo faz parte da bacia hidrográfica Taquari-Antas.

4.3 Aspectos socioeconômicos, dinâmica populacional e situação fundiária

Os aspectos socioeconômicos do município de Camargo inicialmente apresentados são referentes ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do estado do Rio Grande do Sul (Tabela 1).

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de Camargo, e classificação segundo o idese geral do estado -2009.

Educação		Renda		Saneamento e Domicílios		Saúde		IDESE	
Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
0,851	303°	0,810	88°	0,063	471°	0,845	338°	0,642	338°

Fonte: FEE (2009).

Quanto à educação, Camargo apresenta índice de 0,851, o que deixa o município na 303ª colocação em relação aos demais municípios do estado. Em relação à renda, o município ocupa a 88ª colocação, com índice de 0,810. No que tange ao saneamento e domicílios, o índice é 0,063, deixando o município na 471ª colocação. Na questão da saúde, Camargo possui um índice de 0,845, ficando na 338ª posição do estado. No *ranking* geral dos municípios do estado, Camargo ocupa a 338ª, com IDESE geral de 0,642.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), Camargo apresenta certa paridade entre o setor agropecuário e a prestação de serviços, ficando ainda a agropecuária como destaque na produção de riquezas no município (Tabela 2).

Tabela 2 - Produto Interno Bruto (PIB) total e *per capita*, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Camargo – 2010.

Município	PIB		PIB <i>per capita</i>		Estrutura do VAB (%)		
	R\$	Posto	R\$	Posto	Agropecuária	Indústria	Serviços
Camargo	61.116	338°	23.588	113°	47,62	8,33	44,06
Rio Grande do Sul	252.482.597	-	23.606	-	8,69	29,21	62,10

Fonte: FEE (2010).

Na comparação do PIB do município com o estado, Camargo ocupa a 338ª, coincidentemente a mesma posição ocupada em relação ao IDESE. A posição do PIB melhora considerando o PIB *per capita* que é de R\$ 23.588, deixando o município na 113ª colocação geral, o que o deixa mais próximo da média do estado que é de R\$ 23.606.

A agropecuária é responsável por 47,62 % da estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) do município, seguido do setor de serviços com 44,06% e a indústria com 8,33%. Os valores destacados da agropecuária são decorrentes da dinamização da agricultura familiar,

que tem sua estrutura produtiva na criação intensiva de frangos e suínos, da produção leiteira e das lavouras de soja.

No que diz respeito à estrutura populacional, a maior parte da população do município ainda está presente no meio rural, com 57,75% (Tabela 3).

Tabela 3 - Evolução da população rural e urbana em Camargo.

	1991	%	2000	%	2010	%
Urbana	656	25,97	880	35,23	1.095	42,25
Rural	1.870	74,03	1.618	64,77	1.497	57,75
Total	2.526	100	2.498	100	2.592	100

Fonte: IBGE (Censos demográficos – 1991 – 2010).

Entretanto, analisando a evolução da população de Camargo entre os anos de 1991 e 2010, constata-se que vem ocorrendo uma redução gradativa da população rural, passando de 74,03% em 1991 para 57,75 em 2010. Se mantendo este panorama, muito possivelmente dentro de poucos anos haverá uma inversão entre a população urbana e rural, fato que já ocorre na maioria dos municípios do Rio Grande do Sul.

A tendência da inversão entre a população urbana e rural mostrada acima, pode, em boa medida, ser justificada pela formação da estrutura fundiária do município (Tabela 4), onde a expressiva maioria das propriedades é formada por menos de 50 ha, o que acaba inviabilizando em muitos casos a permanência de todos os membros da família, já que a principal forma de acesso a terra é através da herança.

Tabela 4 – Estrutura fundiária do município de Camargo.

Grupos de área total	Número de estabelecimentos	% estab.	Área dos estabelecimentos (Ha)	% estab.
<10 de ha	181	36,7	653	6,38
De 10 a menos de 20 ha	115	23,33	1.623	15,88
De 20 a menos de 50 ha	150	30,43	4.535	44,39
De 50 a menos de 100 ha	43	8,72	2.769	27,1
De 100 a menos de 200 ha	3	0,61	398	3,9
De 200 a menos de 500 ha	1	0,2	0	0
Total	493	100	10.217	100

Fonte: IBGE (2006).

Ainda em relação aos dados da tabela 4, os dados demonstram que o município de Camargo possui na sua estrutura fundiária uma agricultura essencialmente formada por estabelecimentos de base familiar, ficando a ampla maioria dividida entre as propriedades de 10 a 20 ha (15,88%), 20 a 50 ha (44,39%) e de 50 a 100 ha (27,1%). Percebe-se, também, que os estabelecimentos acima de 100 ha, são apenas quatro estabelecimentos, ocupando 3,9% da área total dos estabelecimentos do município.

4.4 Aspectos produtivos

De acordo com o IBGE (2006), as propriedades do município de Camargo se utilizam basicamente de duas formas de utilização da terra. De um lado, as lavouras temporárias que ocupam 5.505 ha (53,87%), que é a forma de utilização mais expressiva, sendo utilizada em 238 estabelecimentos (48,28%) do município (Tabela 5). A outra forma de utilização da terra, também expressiva, é da atividade pecuária e criação de outros animais, correspondente a 229 estabelecimentos rurais (46,45%), ocupando uma área total de 4.512 ha (44,16%).

Assim, essas duas formas (ou grupos) de atividades representam a quase totalidade dos estabelecimentos e da área agrícola do município. No entanto, ainda existem outras atividades, minoritária em termos de números de estabelecimentos e áreas cultivadas, formadas por atividades de horticultura e floricultura, lavouras permanentes, produção florestal e florestas plantadas.

Tabela 5 – Formas de utilização da terra em Camargo.

Grupos de atividade econômica	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos (Ha)	
				%
Lavoura temporária	238	48,28	5.505	53,87
Horticultura e floricultura	17	3,45	13	0,13
Lavoura permanente	2	0,41	-	-
Pecuária e criação de outros animais	229	46,45	4.512	44,16
Produção florestal - florestas plantadas	7	1,42	182	1,78
Total	493	100	10.217	100

Fonte: IBGE (2006).

Ainda de acordo com os dados do censo agropecuário do IBGE (2006), dentro do grupo de atividades da pecuária e criação de outros animais, 290 estabelecimentos rurais do município se utilizam da produção leiteira como uma das fontes de renda e trabalho (Tabela 6).

Se realizar a divisão por grupo de área total conforme os dados da Tabela 6, percebe-se que os estabelecimentos que ficam no grupo entre 20 a 50 ha representam o maior percentual (37,93%) de estabelecimentos envolvidos com a atividade, seguido do grupo de área entre 10 a 20 ha (23,79%) e até 10 há (25,85%). De maneira geral, verifica-se que a atividade leiteira assume uma grande relevância no interior de todos os tamanhos de estabelecimentos.

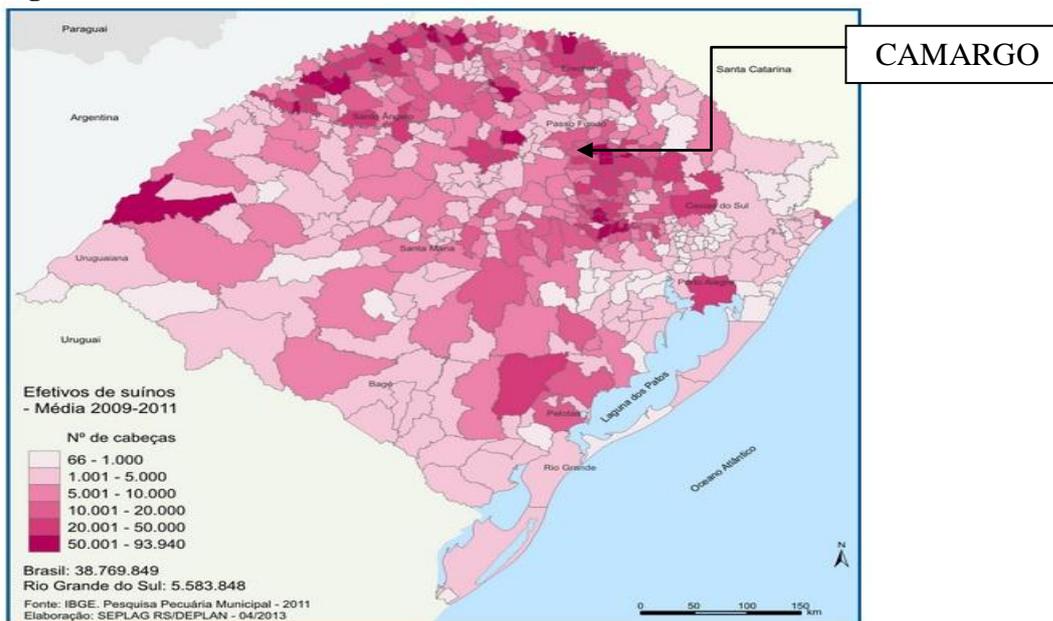
Tabela 6 – Número de estabelecimentos agropecuários que produzem leite em Camargo – 2006.

Grupos de área total	Número de estabelecimentos	%
<10	75	25,85
De 10 a menos de 20 ha	69	23,79
De 20 a menos de 50 ha	110	37,93
De 50 a menos de 100 ha	33	11,38
De 100 a menos de 200 ha	3	1,03
De 200 a menos de 500 ha	-	-
Total	290	100

Fonte: IBGE (2006).

Ainda dentro do grupo de pecuária e criação de outros animais, pode-se destacar a produção de suínos como uma atividade importante do município. Em âmbito estadual, Camargo se destaca na produção de suínos, estando entre os municípios com efetivo entre 10.000 e 20.000 cabeças de suínos (IBGE, 2011), números esses situados na segunda classe de município mais produtivos do estado (Figura 2).

Figura 2 – Efetivo de suínos no Rio Grande do Sul, média 2009-2011.



Fonte: IBGE (2011).

A produção de suínos em Camargo envolve a integração agroindustrial, o que ocorre em diferentes níveis. Dentro dos 217 estabelecimentos rurais de Camargo que produzem suínos, se observa de acordo com o censo agropecuário IBGE (2006), que o grau de integração com o mercado destas propriedades familiares varia de muito integrado, integrado a pouco integrado (Tabela 7). Dentre a totalidade, a maior parte destas propriedades familiares, ou seja, 57,6% são pouco integrados aos mercados, 36,41% são consideradas integradas ao mercado e 5,99% são muito integradas ou muito dependentes do mercado.

Tabela 7 – Grau de integração com o mercado dos estabelecimentos agropecuários com suínos na agricultura familiar em Camargo.

Grau de integração com o mercado	Número de estabelecimentos	%
Muito integrado	13	5,99
Integrado	79	36,41
Pouco integrado	125	57,6
Não identificado	-	-
Total	217	100

Fonte: IBGE (2006).

De acordo com IBGE (2006), dos 217 estabelecimentos que se utilizam da criação de suínos, 6,91% são muito diversificadas, porém, mais da metade dos estabelecimentos, 52,53%, são diversificadas. Ou seja, além da criação de suínos, esses estabelecimentos

possuem outras atividades produtivas como o cultivo de grãos (milho, soja, trigo entre outros) e a produção de leite.

Porém, um número considerável de estabelecimentos que produzem suínos é considerado especializado (40,55%), o que, muito possivelmente, são os mesmos estabelecimentos considerados muito integrados ou integrados, conforme os dados da tabela anterior.

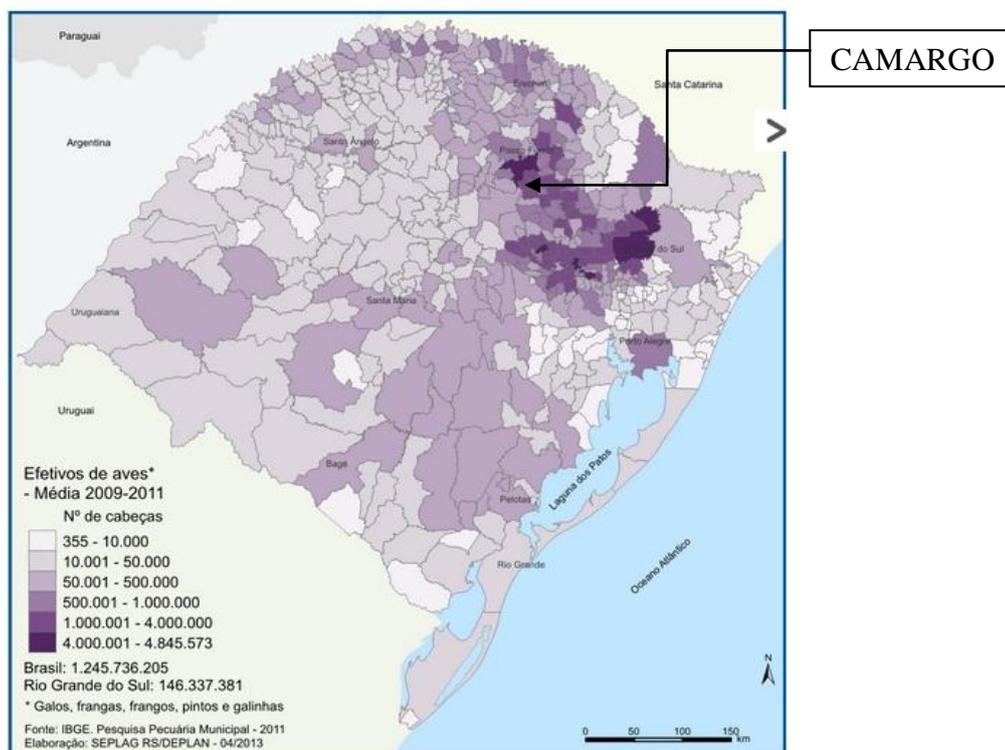
Tabela 8 – Grau de especialização de estabelecimentos agropecuários com suínos na agricultura familiar em Camargo.

Grau de especialização do estabelecimento	Número de estabelecimentos	%
Muito especializado	-	-
Especializado	88	40,55
Muito diversificado	15	6,91
Diversificado	114	52,53
Não identificado	-	-
Total	217	100

Fonte: IBGE (2006).

Assim como na produção de suínos, Camargo tem na produção agroindustrial de aves uma parcela significativa dos estabelecimentos rurais, assumindo uma posição de destaque na produção estadual, com uma produção de mais de um milhão de cabeças ano (Figura 3).

Figura 3 – Efetivo de aves no Rio Grande do Sul, média 2009-2011.



Fonte: IBGE (2011).

Camargo possui 277 estabelecimentos rurais que praticam atividade produtiva de aves e, a exemplo dos produtores de suínos, a grande maioria, 61,37%, são produtores pouco integrados com o mercado agroindustrial (Tabela 9). Ainda de acordo com a tabela 9, para o restante dos estabelecimentos que produzem frangos em Camargo 33,21% são considerados como integrados aos mercados e 5,42% como muito integrados.

Tabela 9 – Grau de integração com o mercado de estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura familiar em Camargo.

Grau de integração com o mercado	Número de estabelecimentos	%
Muito integrado	15	5,42
Integrado	92	33,21
Pouco integrado	170	61,37
Não identificado	-	-
Total	277	100

Fonte: IBGE (2006).

Dentre os estabelecimentos produtores de aves, conforme a tabela 10 é possível observar um grau de diversificação bastante elevado, onde 56,32% dos estabelecimentos tem uma diversidade elevada de atividades no interior do estabelecimento, da mesma forma que já

destacado para o caso dos produtores de suínos. Os estabelecimentos considerados muito diversificados representam 8,3 do total de estabelecimentos.

Não há dados estatísticos oficiais, mas em muitos casos os produtores que desenvolvem a criação de aves no sistema de integração agroindustrial também são produtores de suínos no sistema de integração.

Tabela 10 – Grau de especialização do estabelecimento de estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura familiar em Camargo.

Grau de especialização do estabelecimento	Número de estabelecimentos	%
Muito especializado	1	0,36
Especializado	97	35,02
Muito diversificado	23	8,3
Diversificado	156	56,32
Não identificado	-	-
Total	277	100

Fonte: IBGE (2006).

Ainda conforme a tabela acima, 35,02% dos estabelecimentos que produzem aves são estabelecimentos especializados e 0,36 muito especializados, o que indica que são estabelecimentos que podem estar de forma integrada ou muito integrada aos mercados e, portanto, dependentes do mercado.

Quanto à produção de grãos no município de Camargo, as principais culturas em termos de área plantada são o milho, a soja e o trigo (Tabela 11).

Tabela 11 – Área plantada e percentual da área total plantada de lavoura de milho, soja e trigo.

Ano	Milho (ha)	Milho (%)	Soja (ha)	Soja (%)	Trigo (ha)	Trigo (%)
1995	3.400	47,1	3.300	45,8	100	1,4
2000	3.500	47,6	3.200	43,5	100	1,4
2005	2.500	31,0	4.400	54,6	600	7,4
2010	1.200	15,5	5.600	72,5	500	6,5

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal, 2010).

A cultura da soja ao longo dos últimos anos se tornou a cultura predominante em área plantada, pois em 1995 ocupava uma área de 3.300 hectares, o que representava 45,8% da área total plantada, passando para 5.600 hectares em 2010, o que ocupa 72,5% da área total

plantada no município. No caso do milho, a área plantada sofreu grande perda nos últimos anos, sendo que no ano de 1995 representava 47,1% da área plantada (mais do que própria soja), recentemente ocupa 15,5% da área plantada.

A perda da área plantada no cultivo do milho se deve principalmente pela quase extinção da criação de suínos no sistema convencional, onde o produtor participa em todas as fases de criação (cria, recria e engorda) e para isso produzia na propriedade a principal matéria-prima (milho) para a alimentação animal, passando então o domínio para o sistema de criação integrada à indústria, a qual disponibiliza a ração pronta. Também a sua substituição pelo cultivo da soja, a qual é menos onerosa e os riscos são menores, tanto na questão produtiva quanto na comercial.

Quanto ao trigo, a cultura vem tendo um aumento na participação da área plantada do município, passando de 100 hectares (1,4%) em 1995 para 500 hectares em 2010 (6,5%), este crescimento na área plantada de trigo é decorrente da necessidade do agricultor ocupar seu maquinário, visto que os investimentos neste setor são elevados e o tempo ocioso entre uma safra e outra inviabiliza sua manutenção, da mesma forma o agricultor tem nas novas técnicas de agricultura a necessidade de cobertura vegetal constante com objetivo de melhorar as condições de solo, sendo o trigo uma alternativa com possibilidade de ganhos.

5 AS METAMORFOSES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM CAMARGO

Neste capítulo final o objetivo é fazer uma relação mais próxima dos processos de diferenciação social e econômica produzidos pela mercantilização da agricultura familiar no município de Camargo, tendo como base para discussão o referencial conceitual-analítico adotado sobre mercantilização da agricultura e os resultados decorrentes da pesquisa de campo.

Assim, as informações deste capítulo procuram demonstrar algumas características do núcleo familiar e os processos produtivos como estrutura familiar, uso da terra, força de trabalho (familiar e contratada), bem como as características relacionadas às relações existentes com os mercados.

As reflexões que se seguem estão baseadas na avaliação de três Unidades de Produção Agrícola (UPA) denominadas de acordo com o Sistema de Produção (SP) de cada uma, sendo desta forma SP1 a UPA que apresenta como principal atividade a de cultivo de culturas anuais (soja, milho e trigo), apresentando também a produção de frangos no sistema de integração com a indústria. SP2, por sua vez, é a UPA que trabalha com a criação de frangos no sistema de integração com a indústria e com a produção leiteira que representa a principal atividade dentro da unidade. SP3 é a terceira UPA analisada e tem como atividades a produção de commodities agrícolas (soja, milho e trigo), a produção leiteira e a criação de suínos na forma integrada à indústria. É importante salientar também que aliadas a estas atividades, a criação e cultivos para autoconsumo estão presentes nas três unidades.

5.1 Estrutura familiar e força de trabalho

Entre as características relacionadas com contexto produtivo da agricultura familiar, a estrutura familiar (idade, sexo, número de membros) define estratégias de produção e trabalho que possibilitam ampliar a reprodução da família frente à mercantilização da agricultura, visto que, estas estratégias agem de forma coordenada e interdependente na organização do processo de trabalho e, conseqüentemente, com o desenvolvimento da produção agrícola (PLOEG, 1993). Nesse sentido, a estrutura familiar dos agricultores familiares do município de Camargo, RS inseridos no contexto de integração às indústrias de suínos e aves, tendem a um número reduzido de integrantes dentro da propriedade característica das propriedades

integradas às agroindústrias pela menor necessidade de força de trabalho fruto do progresso técnico apontado por Graziano da Silva (1990), o qual fez aumentar a produtividade das pessoas.

A tabela 12 apresenta a estrutura familiar a partir de variáveis referentes à idade, gênero dos membros e também o número de indivíduos que constituem as famílias entrevistadas, sendo esse um aspecto bastante relevante, pois é a partir disso da estrutura familiar que são tomadas as decisões e as estratégias de organização da distribuição da força de trabalho no interior do núcleo familiar.

Tabela 12: Idade, sexo e número de membros na família nos sistemas de produção investigados.

Idade	SP 1			SP 2			SP 3		
	Membros (n°)	Masc. (n°)	Femi. (n°)	Membros (n°)	Masc. (n°)	Femi. (n°)	Membros (n°)	Masc. (n°)	Femi. (n°)
Até 10	-	-	-	1	1	-	-	-	-
11 a 18	1	1	-	-	-	-	2	1	1
19 a 30	1	-	1	1	-	1	-	-	-
31 a 50	2	1	1	2	1	1	2	1	1
51 a 59	-	-	-	-	-	-	-	-	-
60 ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4	2	2	4	2	2	4	2	2

Fonte: pesquisa de campo (2013).

As informações da tabela 12 revelam que as famílias dos três SP são formadas por um casal, cuja idade está entre 31 a 50 anos. Coincidentemente, nos três SP investigados a estrutura da família é composta pelo casal e mais dois filhos e, também coincidentemente, um casal de filhos. No caso do SP1 e SP2, os filhos estão na faixa etária de 11 a 18 anos (masculino) e 19-30 anos (feminino).

Quanto ao SP3, o casal de filhos possui idade na faixa etária entre 11 e 18 anos. Para todos os sistemas de produção, os filhos disponibilizam a mão de obra apenas um pequeno tempo do dia, já que estudam em um turno do dia. No que diz respeito à mão de obra, a tabela 13 apresenta informações referentes à estratificação do trabalho familiar (UTH f), total (UTH t) e contratada (UTH c) dentro dos três sistemas de produção.

Tabela 13 - Estratificação da Unidade Trabalho Familiar (UTHf), Total (UTHt) e Contratada (UTHc) nos sistemas de produção investigados.

Indicador	Unid.	SP1	SP2	SP3
Mão de Obra Total	UTH	1,7	3,8	3,9
Mão de Obra Contratada	UTH	0,2	0,1	0
Mão de Obra Familiar	UTH	1,5	3,7	3,9
UTH f / UTH t	%	88	97	100

Fonte: pesquisa de campo (2013).

Em todos os casos analisados fica evidente a pouca ou nenhuma necessidade de mão de obra contratada (UTHc), o que tem relação direta com a composição do grupo familiar, pois, conforme visto anteriormente, a composição familiar, apesar de serem famílias com poucos membros, esses são relativamente jovens, o que garante a força de trabalho familiar.

Conforme o indicador UTHf/UTHt, no caso do SP3 a contratação de mão de obra é inexistente, sendo 100% familiar, no SP2 a mão de obra disponível chega ser 97% familiar, ficando o SP1 com a menor taxa de mão de obra familiar, mesmo assim bastante expressivo com 88% da mão de obra de origem familiar. A contratação de mão de obra é eventual, havendo necessidade nos períodos de plantio e colheita onde cresce a demanda de força de trabalho. No restante do ano o trabalho é contínuo, mas um trabalho mais rotineiro, onde as funções são basicamente repetidas diariamente e absorvidas pela mão de obra familiar disponível como, por exemplo, o trato dos animais, na ordenha das vacas, na manutenção dos equipamentos e construções, entre outras.

Os valores observados na relação entre mão de obra familiar e a contratada (UTHf/UTHt) demonstram a pouca necessidade de externalização produtiva no que se refere à contratação de mão de obra. Entretanto, o pequeno número de UTH disponível dentro das propriedades para realização das atividades, 1,7 (SP1), 3,8 (SP2) e 3,9 (SP3), faz com que as estratégias produtivas caminhem na direção do progresso técnico através da compra de máquinas e implementos na tentativa de compensar o baixo número de UTH. Assim, o trabalho agrícola que antes era organizado somente pelo grupo familiar, agora sofre a interferência do mercado, o que acaba elevando a externalização produtiva com mercados de produtos e insumos industrializados.

5.2 Formas de uso da terra

Conforme mencionado na caracterização do município no capítulo 4, Camargo é formado basicamente por pequenas propriedades. Pode-se, através da tabela 14, observar as formas de uso da terra dentro dos sistemas de produção SP estudados. Analisando-se, de modo geral, a SAU em relação a ST dos três sistemas de produção, nota-se que as propriedades utilizam-se da quase totalidade da ST, sem espaço para avanço sobre novas áreas. Essa característica de uso da terra é um indicativo da necessidade crescente de se aumentar os índices de produtividade da terra e do trabalho.

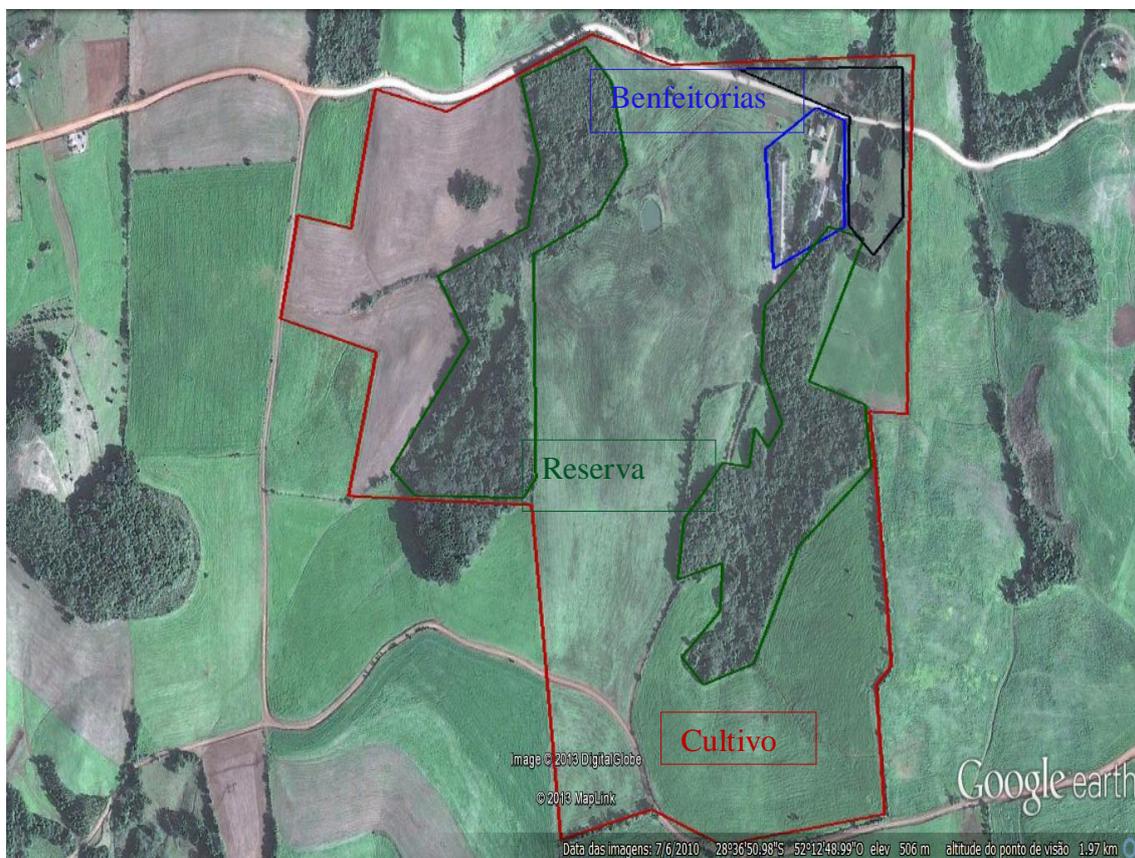
Tabela 14 - Formas de uso da terra entre os sistemas de produção analisados.

Indicador		SP 1	SP 2	SP 3
Superfície Total - ST	Ha	46	10	25
Superfície Agrícola Útil - SAU	Ha	40	9	19
Área própria	Ha	46	10	25
Área arrendada	Ha	0	0	0
SAU/ST	%	86	85	76
Mata nativa/ST	%	11	5	20
Área de lavoura	Ha	36,5	5,0	17,5
Área de pastagem	Ha	3,0	3,5	1,5

Fonte: pesquisa de campo (2013).

De acordo com os dados levantados na pesquisa de campo e apresentados na tabela 14, o **SP 1** apresenta uma superfície total –ST de 46 ha de área própria, alocados em locais diferentes, ficando uma parte junto a sede do estabelecimento e a outra distante em torno de 5 km da sede, a qual é apresentada na figura 4.

Figura 4: Uso da terra do SP 1, evidenciando a sede do estabelecimento, benfeitorias e área de cultivo.



Fonte: Google Earth (2013).

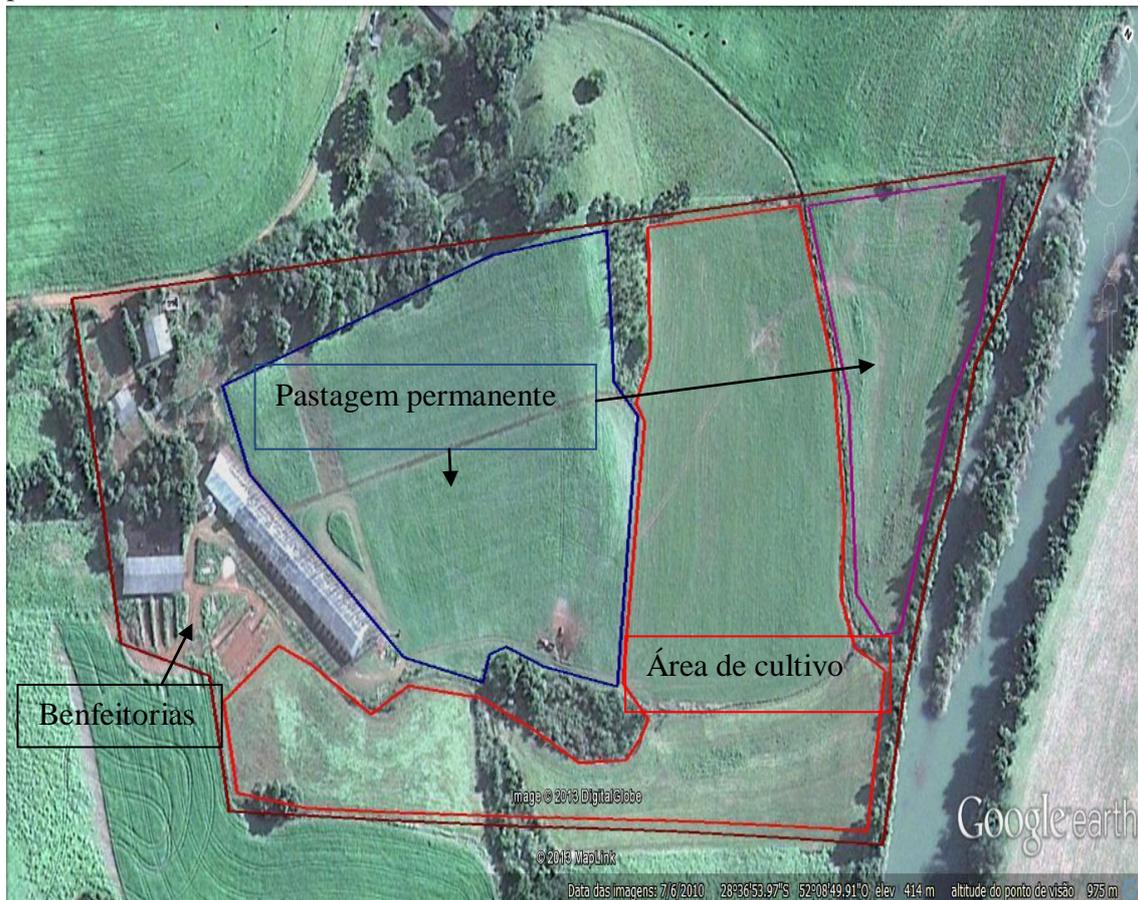
Dos 46 ha da ST, a Superfície Agrícola Útil (SAU) despende de 86%, ou seja, 40 ha distribuídos em culturas anuais e pastagens nativa e permanente. A área de lavoura ocupa 36,5 ha, e é formada pelos cultivos de soja e milho no verão, e trigo no inverno. No verão da safra de 2012-2013 a soja ocupou uma área 32,5 ha e a cultura do milho 4 ha.

Já a área de pastagem está dividida em pastagem nativa (2 ha), onde são criados bovinos e ovinos, e 1 ha de pastagem cultivada de tifton como forma de completar a alimentação dos animais. Há na propriedade também uma área de 5 ha de mata nativa que compõem a reserva legal, o que corresponde a 11% da ST. A área formada por benfeitorias corresponde aproximadamente a 1,5 ha.

O SP 2 (Figura 5) apresenta uma ST de 10 ha de área própria, dividida também em área de lavoura, área de pastagem e área de benfeitorias. A área de lavoura do SP2 é praticamente toda voltada à produção de alimentação ao gado leiteiro, principal atividade da propriedade. Assim, existe uma área de 5 ha que é utilizada para o cultivo de milho destinado a produção de silagem do rebanho leiteiro. O gado leiteiro é criado em sistema de

semiconfinamento, sendo esse sistema utilizado para otimizar o uso da terra, onde os animais passam parte do dia confinados, onde recebem alimentação complementar (ração e silagem) e água, e a outra parte do dia são liberados para pastejo.

Figura 5: Uso da terra do SP 2, evidenciando as áreas de benfeitorias, de cultivo e pastagem permanente.



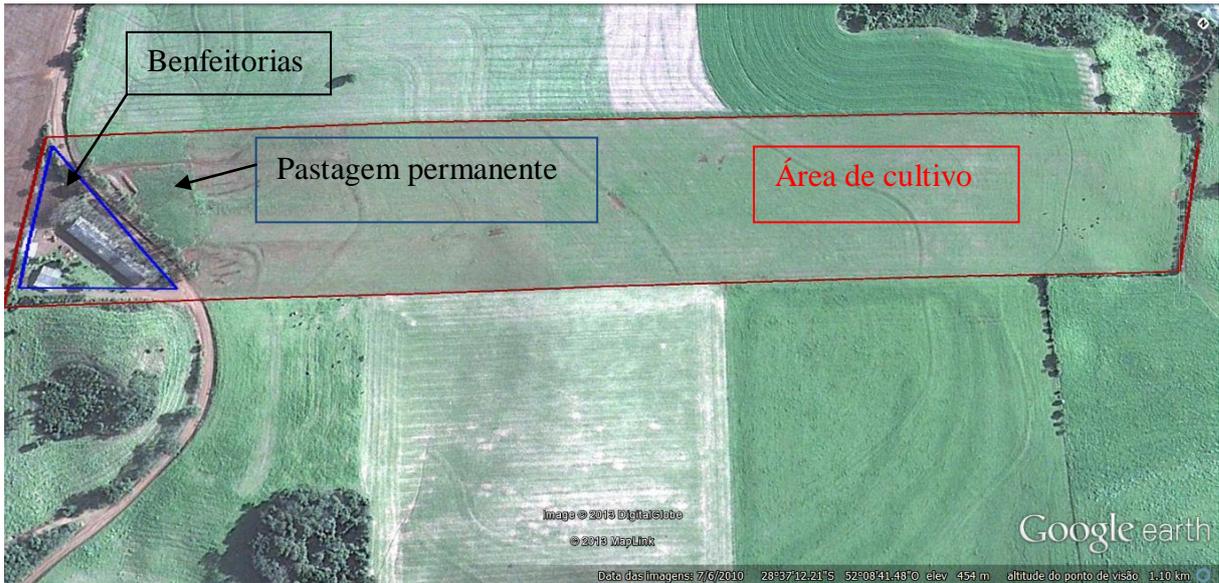
Fonte: Google Earth (2013).

Dos 9 ha de SAU, 3,5 ha formam a área de pastagem permanente. Este pastejo é realizado no período da manhã sempre após a ordenha, sendo realizado de forma rotativa, ou seja, a área é dividida em piquetes com capacidade para alimentar as vacas um ou dois dias, e assim sucessivamente até passar por todos os piquetes. Fazem parte da ST também 1 ha de benfeitorias onde estão construídas a sede, o estábulo com 600 m², galpão de 100 m² ocupado para garagem das máquinas e equipamentos, aviário de 1200 m² aonde são criados os frangos no sistema de integração. Além disso, existem 0,5 ha de mata nativa, o que representa apenas 5% da ST.

O terceiro Sistema de Produção investigado, SP 3, é formado por uma Superfície Total de 25 ha, distribuídos em três áreas diferentes, sendo uma que consiste na sede onde estão

construídas as benfeitorias, e também se encontra parte da SAU (Figura 6). A segunda área pertencente ao estabelecimento fica distante cerca de 3 km da sede do estabelecimento (Figura 7), e a terceira área separada está localizada a 15 km de distância da sede do estabelecimento (Figura 8).

Figura 6: Uso da terra do SP 3, evidenciando as áreas de benfeitorias, de cultivo e pastagem permanente.



Fonte: Google Earth (2013).

Figura 7: Uso da terra do SP 3, evidenciando a área de reserva e de cultivo.



Fonte: Google Earth (2013).

Figura 8: Uso da terra SP 3, evidenciando a área de reserva e de cultivo.



Fonte: Google Earth (2013).

Dentre as atividades produtivas desses sistemas de produção, estão à criação de suínos na forma integrada, a produção de leite e o cultivo de soja, milho e trigo. A produção agrícola é atividade principal da propriedade, ocupando 70% da ST (17,5 ha) e 92% da SAU (19 ha). Os restantes 1,5 hectares são ocupados pelas benfeitorias na área da sede, que são representados pela casa 120 m², galpão garagem 70 m² e pocilga de 756 m² onde são criados suínos no sistema de integração.

Faz parte da ST ainda 5 ha de mata nativa que representa a reserva legal, sendo o único estabelecimento entre as investigados a possuir reserva compatível com a área total.

5.3 Mercantilização e externalização dos sistemas de produção

Conforme a descrição realizada anteriormente a respeito das análises em relação à força de trabalho e uso da terra, fica evidente, ainda que muito indiretamente, que a partir do padrão produtivo existente no interior de cada estabelecimento, os agricultores familiares investigados estão inseridos em circuitos mercantis de forma diferente.

Essa seção procura tratar de forma mais direta as relações envolvendo o processo de mercantilização dos sistemas de produção investigados, considerando para isso, as relações mercantis existentes e a intensidade dessas relações com os mercados. Neste sentido, a tabela 15 apresenta os valores correspondentes à formação do Produto Bruto por Atividade (PBA) produtiva e o Produto Bruto Total (PBT), o que permite, em certa medida, dimensionar as

diferenças de valores que movimentam as trocas mercantis na formação dos produtos gerados no decorrer do ano agrícola.

Tabela 15 - Produto Bruto por Atividade (PBA) produtiva e Produto Bruto Total (PBT)* dos sistemas de produção investigados.

Atividade	SP1		SP2		SP3	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
Aves	30000	17,1	24000	18,8	-	-
Suínos	-	-	-	-	29250	23,4
Leite	-	-	103680	81,2	40320	32,2
PBA – Criações	30000	17,1	127680	100	69570	55,6
Soja	93500	53,3	-	-	45500	36,3
Trigo	18200	10,4	-	-	5400	4,3
Milho	33600	19,2	-	-	4760	3,8
PBA – Cultivos	145300	82,9	-	-	55660	44,4
Produto Bruto Total	175300	-	127680	-	125230	-

Fonte: pesquisa de campo (2013).

*Ano agrícola: março de 2012-2013.

Considerando as atividades produtivas dos três sistemas de produção, verifica-se que no SP 2 e SP 3 a atividade leiteira possui significativo valor referente ao valor do Produto Bruto Final (PBT), chegando a R\$ 103.680,00 (81,2%) no SP 2 e R\$ 40.320,00 (32%) no SP 3. Em relação às atividades, o SP 2 possui além do leite, a produção de aves de corte integrada à indústria com um PB de R\$ 24.000,00 (18,8%), gerando um PBT de R\$ 127.680,00, não existindo relações produtivas vinculadas a cultivos nesse sistema produtivo.

No SP 3, paralelo à produção leiteira, a produção de suínos integrada à indústria representa um PBT de R\$ 29.250,00 (23,4%), e os cultivos agrícolas da soja, milho e trigo, possuem um PBT, respectivamente, de R\$ 45.500,00 (36,3%), R\$ 5400,00 (4,3%) e R\$ 4.760,00 (3,8%).

O SP 1 arrecada nas criações um PBT de R\$ 30.000,00 (17,1%) referente à integração de aves, no entanto, as maiores relações produtivas estão presentes nos cultivos agrícolas, com um PBT de R\$ 145.300,00, o que representa 82,9%. A produção de soja é a principal atividade produtiva, com um PBT de R\$ 93.500,00, o que responde por mais da metade do PBT com de 53,33%. Em seguida, o cultivo do milho também se destaca na formação do PBT, com um valor de R\$ 33.600,00 (19,2%), além do trigo com PBT de R\$ 18.200,00 (10,4%).

De acordo com o nível de relacionamento entre os agricultores e os mercados, verificam-se diferentes graus de mercantilização entre os agricultores, conforme afirma Ploeg

(1993), o que revela, portanto, formas diferenciadas de como a mercantilização age sobre e se relaciona com os agricultores. O grau de externalização varia conforme sistema de produção, dependendo das relações que estes apresentam à montante e a jusante, ou seja, o quão intenso são as relações mercantis antes da porteira com a indústria de insumos, máquinas, serviços, etc., e depois da porteira através das relações mercantis com as cadeias comerciais que estão inseridas.

Pode-se considerar o grau de externalização dos sistemas de produção analisados através do nível de Consumo Intermediário (C.I.) pelo Produto Bruto total (CI/PBT), e o C.I. por cultivo ou criação, o que permite fazer uma análise individual de quais atividades produtivas (cultivo ou criação) direcionam o agricultor a maior dependência dos mercados. É importante também destacar que C.I é o valor dos insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos externos e destinados ao processo de produção da UPA, tanto agrícolas quanto utilizados na transformação da produção. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer do ciclo produtivo e, por meio do trabalho e dos demais meios de produção, transformados em produtos agrícolas.

Na tabela 16 através do indicador CI/PBT procura-se identificar os graus de externalização dos sistemas produtivos aqui analisados, o que permite identificar os diferentes graus de mercantilização entre os agricultores.

Tabela 16 - Externalização (CI/PBT) e Consumo Intermediário (C.I) dos sistemas de produção investigados.

Indicador	SP1		SP2		SP3	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Externalização- CI/PBT	-	59,24	-	41,9	-	40,09
C.I. – Cultivos	66.560,00	36,79	14.977,00	*27,35	30.328,50	58,77
C.I. Criações	19.028,00	17,70	30.311,00	55,36	9.865,00	19,10
C.I. – Manutenção	21.610,00	20,15	9.454,88	17,27	11.411,60	22,11
Total do C.I.	107.198,00	-	54.742,88	-	51.605,10	-

Fonte: pesquisa de campo (2013).

* Consumo intermediário relacionado à produção de silagem para os animais e não à venda de produtos.

Conforme se verificou na tabela 16, o SP1 possui o maior PBT entre os sistemas de produção, sendo que os cultivos agrícolas respondem por 82,9% do PBT comercializado. Analisando o CI/PBT, verifica-se também que o SP1 possui o maior grau de externalização (59,24%) entre os sistemas de produção, sendo que o C.I dos cultivos é responsável por 36,79%.

Nesse sentido, embora o PBT dos cultivos seja o mais representativo na formação do PBT, são os cultivos, e, principalmente a soja, responsáveis por elevar a externalização desse sistema de produção através da compra de insumos (sementes, adubos, agrotóxicos, combustível, etc.) necessários à formação das lavouras. Por outro lado, o SP2 e SP3 concentram nas criações o maior valor do PBT, o que nas condições analisadas se verificou os menores graus de externalização, ficando abaixo de 50%, sendo, respectivamente, 41,9% e 40,09%. Assim, quanto maior o valor do C.I total, maior o grau de externalização.

Através do indicador CI/PBT que avalia a externalização produtiva, fica evidente que a dependência dos mercados nos sistemas de cultivos é maior dos sistemas de criação pelo fato daqueles serem mais dependentes em insumos externos, além de exigirem uma estrutura em máquinas e equipamentos, o que eleva os custos de manutenção. Como são diagnosticados na tabela 17, os sistemas produtivos com maiores C.I de Cultivos, são também os que possuem maiores custos envolvidos no C.I da manutenção, com índices percentuais de 22,11 % para o SP3, 20,15 % para o SP1 e, 17,27 % no SP2, o qual se utiliza dos cultivos apenas para a produção de alimentos para o gado de leite (silagem) e não para a comercialização.

Percebe-se, que a atividade leiteira representa um espaço de manobra importante na busca de maior autonomia, visando reduzir a dependência e a irregularidade (de preço e climáticas) do setor de integração de aves e suínos e também do setor agrícola. Essa lógica produtiva pode ser constatada na racionalidade produtiva dos agricultores do SP2 e SP3, conforme se verifica a seguir:

“[...] quem salva é o leite, se não fosse o leite já teria fechado as porta, porque a empresa não pagava os lote (crise financeira da integradora DOUX alimentos), mas as conta vinham e tinha que paga, tinha o banco, a luz, a água o carregamento e tinha que paga e era o leite que pagava”. (Entrevistado, SP 2, grifos do autor).

“[...] com a seca do ano passado e a geada no trigo quem seguro as ponta foi as vaca de leite”. (Entrevistado, SP3).

No entanto, embora o que se constata através dos resultados da tabela 16 seja uma maior externalização nos sistemas produtivos SP1 e SP3, decorrente dos sistemas de cultivos estruturados na produção de *commodities*, são os efeitos das relações existentes com as agroindústrias de suínos e aves que os agricultores percebem mais no seu cotidiano. O relato da entrevista permite melhor compreender essa questão:

“A empresa sufoca o colono, não deixa respira. Sempre tem alguma coisa pra muda, é exigência disto, daquilo, sempre tem. Quando tu acaba de paga uma coisa, pode prepara pra outra [...] eles (*integradora*) não te dão chance, você não sabe por que eles te pagam só aquilo [...] se duvida deles te dão gancho. [...] na lavora não, eu faço como eu quero, planto o que eu quero, boto a quantia de adubo que precisa, e vendo na hora que ta bom”. (Entrevistado, SP1, grifos do autor).

O relato do entrevistado acima sugere que a presença mais próxima do produtor à indústria de suínos e aves, torna-o mais subordinado às regras das empresas, enquanto esta relação não é percebida pelo agricultor na produção das *commodities*, pois as ações envolvidas são mais indiretas ao agricultor que absorve parte do processo.

5.4 Rendas e remuneração no ambiente produtivo mercantilizado

Essa seção procura demonstrar as rendas e as remunerações provenientes do processo produtivo em relação aos três sistemas de produção, conforme é possível observar nos indicadores econômicos da tabela 17.

Tabela 17 - Indicadores de rendimentos e remuneração dos sistemas de produção investigados.

Indicador	Unid.	SP. 1	SP. 2	SP. 3
Valor Agregado Líquido (VAL)	R\$/ano	31.966,10	55.388,24	52.822,64
Renda Agrícola (RA)	R\$/ano	20.938,98	45.166,24	44.396,89
Rendas não Agrícolas(RÑA)	R\$/ano	13.750,00	0	0
Renda Total (RT)	R\$/ano	34.688,98	45.166,24	44.396,89
RA/RT	%	60	100	100
VAL/SAU	R\$/ano	809,27	6.516,26	2.780,14
RA/SAU	R\$/ano	530,1	5.313,67	2.336,68
RT/SAU	R\$/ano	878,2	5.313,67	2.336,68
VAL/UTH	R\$/UTH	18.803,59	14.575,85	13.544,27
RA/UTH	R\$/UTH	12.317,04	11.885,85	11.383,82
RT/UTH	R\$/UTH	20.405,28	11.885,85	11.383,82
SAU/UTH	R\$/UTH	23,24	2,24	4,87
VAL/UTHf	R\$/UTH	21.310,73	14969,79	13.544,27
RA/UTHf	R\$/UTH	13.959,32	12.207,09	11.383,82
RT/UTHf	R\$/UTH	23.125,12	12.207,09	11.383,82
RAÑA / RT	%	39,63	0	0
(RAÑA+RAPOS+ROTS+REx)/RT	%	39,63	0	0

Fonte: pesquisa de campo (2013).

Mesmo o SP1 tendo o maior PBT (R\$ 175300,00), quando analisado a Renda Agrícola (RA), que corresponde à parte da riqueza líquida que permanece no estabelecimento e que serve para remunerar o trabalho do proprietário e de sua família e para realizar investimentos,

verifica-se que o SP1 possui a menor RA entre os sistemas de produção, que é de R\$ 20.938,98.

Isso significa que apesar de ter uma grande capacidade produtiva (traduzida pelo elevado valor do PBT), esse sistema de produção é o menos remunerado, o que é explicado pelo fato de ser o que possui o maior grau de externalização (59,24%) e o maior valor do C.I (R\$ 107.198,00), conforme se observou na seção anterior. Para os demais sistemas de produção, existe leve diferença entre a RA, com uma pequena superioridade do SP2 (R\$ 45.166,24) sobre o SP3 (R\$ 44.396,89), o que acompanha também a pequena diferença entre o grau de externalização e o C.I, muito embora, não se verificou que existe um comportamento que explica que a RA é menor à medida que o grau de externalização e o C.I são maiores.

Na relação RA/SAU verifica-se uma diferença bastante significativa entre os três sistemas de produção, com o menor valor de remuneração da terra para o SP1 (R\$ 530,1), seguido pelo SP3 (R\$ 2.336,68), e o maior valor ficou com o SP2 (R\$ 5.313,67). Observa-se uma baixa remuneração da terra do SP1, o que está diretamente relacionado à menor RA e aos custos elevados no C.I. Como existe uma grande variação no tamanho da SAU (Tabela 14) entre os sistemas de produção, torna-se difícil fazer análises comparativas para avaliar a remuneração da terra, mas quanto menor a SAU maior é a remuneração, com destaque para o SP2.

Ainda conforme a tabela 17, através do indicador a RA/UTHf, que corresponde a remuneração do trabalho familiar no ano, percebe-se que o SP1 é o que melhor remunera a trabalho familiar, com uma renda anual de R\$ 13.959,32 por UTH, o que corresponde a R\$ 1163, 27 por mês/UTH. A segunda melhor remuneração é do SP2 com R\$ 12.207,09 por ano (1017,25), seguida pelo SP3 com R\$ 11.383,82 (R\$ 948,65 por mês).

Mas como pode o SP1 apresentar e menor RA e o que melhor remunera o trabalho? No cálculo da remuneração do trabalho familiar é considerada a quantidade de unidade trabalho homem (UTH) disponível na família e, portanto, é importante destacar que a melhor remuneração do trabalho no SP1 se deve ao fato desse sistema apresentar a menor UTH (1,5), o que equivale a menos da metade dos demais sistemas de produção (ver Tabela 13).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve a intenção de elucidar a questão de como a mercantilização afeta os sistemas produtivos da agricultura familiar no município de Camargo. Para isso, buscou-se aporte nos estudos já realizados a cerca do desenvolvimento rural e da mercantilização agrícola, procurando manter uma linha de análise que não fosse marcada linearmente pelos marcos estruturalista, deixando de contemplar a heterogeneidade na agricultura familiar. Com isso, esse estudo se apoiou nas temáticas emergentes dos estudos sobre a mercantilização que vêm se consolidando como novos referenciais no entendimento da diversidade da agricultura e nas dinâmicas locais de desenvolvimento.

Uma das preocupações ao iniciar este trabalho foi de, ao traçar os objetivos do estudo, como analisar a mercantilização da agricultura familiar no município de Camargo contemplando a diversidade dos sistemas de produção, tendo em vista a complexidade que envolve o tema. Assim, buscou-se avaliar os processos de diferenciação social e econômico produzidos pela mercantilização da agricultura, verificando os impactos sociais e econômicos provocados sobre os sistemas de produção familiares identificados no estudo.

Inicialmente, o estudo abordou a reconstituição de alguns aspectos históricos que marcam a origem da constituição agrária de Camargo, avançando sobre o surgimento do processo de modernização da agricultura no município. Desde a sua colonização até os dias de hoje, a prática agrícola sempre foi a mais importante atividade produtiva, responsável pela formação da identidade cultural e também sócio-produtiva de Camargo. Nesta análise reconstrutiva da história do município, percebe-se que as inovações tecnológicas proclamadas pela modernização da agricultura adentraram com certa facilidade nos estabelecimentos agrícolas familiares, acompanhando o ocorrido em diversos espaços agrários do Rio Grande do Sul. Destaca-se, nesse contexto, a produção de *commodities* agrícolas como elemento componente da base produtiva do município, além da produção agroindustrial de suínos e aves.

Atualmente, o contexto mercantil em que os sistemas de produção investigados estão inseridos varia de acordo com o nível de relacionamento entre o agricultor e o mercado, ou seja, existem diferentes graus de mercantilização entre os agricultores. O que se verificou é que os sistemas de produção investigados estão inseridos em circuitos mercantis que remetem a uma dependência do processo produtivo com os mercados, ainda que essa dependência não seja conscientemente percebida pelos agricultores, como é o caso dos agricultores produtores de suínos e aves.

Essas são algumas características produtivas da agricultura familiar mercantilizada que acabam revelando como se definem e como acontece o processo de diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares, a partir do ambiente mercantil que estão inseridos. Assim, a inserção nos mercados e as relações comerciais instituídas pelos agricultores modificaram as bases que sustentavam os estilos de agricultura mais “tradicionais” que estavam presentes na origem da base produtiva da agricultura. O que antes era organizado somente pelo produtor, agora sofre a interferência do mercado, tanto no processo produtivo como na venda das mercadorias produzidas, no acesso ao crédito e assistência técnica entre outros.

Desse modo, pode ser compreendido que a agricultura nestes sistemas produtivos é intensamente mercantilizada e dependente do padrão agroindustrial de produção, o qual é sustentado pelo complexo vínculo mercantil estabelecido entre os agricultores familiares e pela especialização de algumas atividades do sistema produtivo, gerando um grau elevado de integração mercantil entre o agricultor e o ambiente econômico. Entretanto, apesar desta inserção aos mercados, as transformações não ocorreram de forma uniforme, não seguindo uma tendência homogeneizadora da agricultura que se acreditava (pelo menos por algumas teorias) que iria acontecer.

Assim, os diferentes sistemas produtivos identificados nesse trabalho, mas, mais do que isso, a diversidade de atividades produtivas existentes no interior dos estabelecimentos dá conta de evidenciar a heterogeneidade produtiva, social e econômica dos agricultores familiares. Através do indicador CI/PBT, o qual permite avaliar o grau de externalização, se percebeu que a externalização é mais acentuada principalmente nos casos que envolvem a integração de suínos e aves e os cultivos de *commodities* agrícolas, pois geram um incremento na dependência de insumos produtivos e de máquinas.

Porém, também se percebe que os agricultores buscam alternativas que visam ampliar os espaços de autonomia com o mercado e os livres do “sufocamento” mercantil, cumprindo a produção leiteira papel importante nesse sentido. Esse foi o caso verificado particularmente em relação ao SP2 onde a produção de leite responde por 81% da renda agrícola, tendo destaque também para o caso do SP3.

No entanto, é importante salientar que os resultados alcançados neste estudo ficaram limitados à comparação analítica dos resultados coletados no universo empírico. Não se teve a pretensão de esgotar o tema no estudo da mercantilização no município de Camargo e, seguramente, muitas questões relacionadas ao tema ficaram em aberto devido à amplitude do

tema e pelas limitações inerentes à pesquisa que envolve um TCC, como o curto espaço de tempo, por exemplo.

Assim, fica o desafio para trabalhos futuros que possam aprofundar com maior riqueza de detalhes do estudo da mercantilização, englobando, por exemplo, uma maior diversidade da agricultura familiar do município ou da região, de maneira a detalhar as estratégias de reprodução social empregadas pelos agricultores familiares na presença do contexto mercantil que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 33-55.
- CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso do município de Três Palmeiras/RS**. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. 289 f. Tese (Tese Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- CONTERATO, M. A. *et al.* Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011, p. 67-89.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro: Ed. EMBRAPA-SPI, 2009.
- HIRAKURI, M. H. *et al.* **Sistemas de Produção: conceitos e definições no contexto agrícola**. (Documentos/ Embrapa Soja). Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/download/Doc_335-OL.pdf>. Acesso em: 08 de mai 2013.
- FLEURY, L.C.. Múltiplos olhares, uma questão: repensando a agricultura e o desenvolvimento. In: DAL SOGLIO, F. K.; KUBO, R. R. (Orgs.). **Agricultura e sustentabilidade**. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino à Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 63-74
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Resumo estatístico RS – municípios**. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Camargo. Acessado em: 10 de mai. 2013.
- _____. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)**. 2009. Disponível em: < http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php>. Acesso em 05 mai. 2013.
- _____. **PIB Municipal RS – 2010**. Disponível em: < http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_destaque.php>. Acesso em: 10 de mai. 2013.

GAZZOLA, M. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para o autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 2004. 287 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino à Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. da. O progresso técnico na agricultura. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v.7, n.1/3, p.13-46, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Agropecuários.** Rio de Janeiro: 1970-2006.

_____. **Censos Demográficos.** Rio de Janeiro: 1970-2000.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro: 2009.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro: 2010.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro: 2011.

LODI, M. P.; ROMANINI, A. L. **Camargo e sua história.** Camargo: Ed. AAGE, 1992.

NESKE, M. **Estilos de agricultura e dinâmicas de desenvolvimento rural: O caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul.** 2009. 207f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NETTO, C. G. M.; MELO, L. M.de; MAIA, C. M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil.** Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino à Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

NEVES, F. M. Modernização, agricultura e desenvolvimento: conceitos-base: notas sobre modernidade e progresso. In: ALMEIDA, J. (Org.). **A modernização da agricultura.** Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino à Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 14-17.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS.** 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MIGUEL, L. A. de.; MACHADO, J. A. D. Indicadores quantitativos para a avaliação da unidade de produção agrícola. In: WAGNER, S. A. *et al.* (Orgs.). **Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola**. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino à Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 53-68.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUSMAN, E. S. (Org). **Ecología, campesinato y historia**. Madri: Piqueta, 1993. p. 163-195.

PALMEIRA, M.. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989.

WIKIPÉDIA. **Camargo (Rio Grande do Sul)**. Disponível em: <
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Camargo_\(Rio_Grande_do_Sul\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Camargo_(Rio_Grande_do_Sul))>. Acesso em: 15 de mai. 2013.

ANEXO A – ROTEIRO DE PESQUISA**ROTEIRO DE PESQUISA DE CAMPO****(Ano agrícola: Fevereiro/2012 a Fevereiro/2013)****Agricultor(a):** _____**Localidade:** _____**Município:** _____ **Distância do município:** _____**Telefone:** _____ **Data:** ____/____/____**Início (hs):** _____ **Fim (hs):** _____

1. Caracterização fundiária

1.1 Estrutura fundiária

Situação fundiária	Própria	Em parceria		Arrendamento		Cessão de Uso		Outros
		De terceiro	Para terceiro	De terceiro	Para terceiro	De terceiro	Para terceiro	
Área total (ha)								
Preço médio da terra R\$/há:								

1.2 Formas de acesso a terra

Itens	Hectares
Através de herança	
Compra de parentes	
Compra de terceiros	
Através de doação	
Outros	

1.3 Origem da família? Tempo na região

1.4 Houve mudança recente no sistema de produção? (diminuição do efetivo de animais, aumento lavoura, silvicultura, troca sistema criação, diminuição terra, etc.).

1.5 Em caso de sim, por que razões?

1.6 Uso da terra

Item	Área (ha)	
	Própria	Outros (arrendada, parceria)
Lavouras anuais		
Pastagem nativa		
Pastagem cultivada inverno		
Pastagem cultivada verão		
Floresta nativa		
Capoeiras		

Silvicultura		
Benfeitorias		
Área inapropriada		
Açudes		

2. Caracterização solo e relevo

2.1 Textura do solo

() Pedregoso % _____ () Arenoso % _____
 () Argiloso % _____ () Outro _____

2.2 Relevo

() acidentado % _____ () fortemente acidentado % _____
 () ondulado % _____ () levemente ondulado % _____ () plano % _____

Observações

3. Infraestrutura básica

3.1 Benfeitorias

Especificações	Dimensões (m, m ² , há)	(1)	Estado de conservação (bom, regular, precário)	Valor estimado (R\$)
		Alvenaria		
		(2) Madeira		
		(3) Mista		
Casa				
Galpão				
Mangueiras				
Banheiro de animais				
Açudes				
Balança				
Cercas				
Aviário				
Pocilga				
Outros				

3.2 Máquinas e equipamentos (ex. trator, roçadeira, colheitadeira, reboque, etc.).

Especificações	Estado de conservação (bom, regular, precário)	Valor estimado (R\$)
Trator		
Roçadeira		
Colheitadeira		
Reboque		
Tobata		
Grade		
Arado		
Caminhão		
Triturador		
Semeadora mecânica		
Plantadeira		
Carroça		
Capinadeira		
Outros		

3.3 Água, luz, esgoto.

Energia elétrica () sim () não
 Água encanada () sim () não
 Instalações hidrossanitárias () sim () não

4. Composição familiar

Nome	Grau de parentesco ¹	idade	Residência ²	Dedicação a pecuária ³	Escolaridade ⁴

¹ Titular, cônjuge, filho (a), genro (a), etc.

² Unidade de produção, cidade, etc.

³ Nenhum (0 hs/dia), parcial (até 4 hs/dia), integral (mais de 4 hs/dia)

⁴ Nenhum ano cursado, 1º grau incompleto, 1º grau completo, 3º grau incompleto, sem idade escolar

5. Compra/venda mão de obra contratada, troca de serviço

5.1 Contratação de mão de obra (pode ser temporária ou permanente)

Número pessoas	Tempo (nº de dias/mês/ano)	Atividade executada	R\$ pago

5.2.1 Por que contrata mão de obra?

5.2 Venda de mão de obra

Membro da família	Tempo (nº de dias/mês)	Atividade executada	R\$ ganho (dia/mês)

5.2.1 Por que vende mão de obra?

5.3 Troca de serviço

Membro da família	Tempo (n de dias/mês)	Atividade executada	R\$ ganho (dia/mês)

5.2.1 Por que faz troca de serviço? Com quem? (familiar, vizinho)

6. Atividades produtivas

6.1 Realiza rotação de cultura? Quais espécies e época do ano? (ex. milho/soja com trigo; pastagem de inverno com lavoura de verão)

6.2 Produção vegetal – Produção total comercializada e estocada na UPA*

6.3 Produção vegetal – Produção total comercializada e estocada na UPA*

Agricultura (ex. soja, trigo, milho, feijão, etc.)	Área(ha)	Quant.	Unidades (sacos, Kg, pé,)	Preço Unitário	R\$ Total	**Onde comercializa Cooperativa local	Produto comprado	**Onde comercializa
Ex. Soja	3	150	sacos	75,00	11250	Cooperativa local		
Soja								
Trigo								
Milho								
Feijão								
Abobora								
Amendoim								
Hortigranjeiros								
Batata doce								
Abobora								
Moganga								
Aipim								

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

** ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

6.4 Inventário dos animais, venda, compra e abate *

BOVINOS(N.º CABEÇAS/CATEGORIA)	Nº animais – março 2013	Raça	Preço médio unitário	EVOLUÇÃO NO ÚLTIMO ANO			
				Nº Vendidos	Onde comercializa*	Nº Comprados	Onde comercializa*
Reprodutores							
Vacas em lactação							
Vacas secas							
Novilhas 1 a 2 ano							
Novilhas 2 a 3 anos							
Bezerras mamando							
Machos engorda							
Machos recria							
Bezerros mamando							
TOTAL DE ANIMAIS							

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

AVES(N.º CABEÇA S/CATEGORIA)	Nº animais – março 2013	Preço médio unitário	Nº Vendidos	EVOLUÇÃO NO ÚLTIMO ANO		
				Onde comercializa*	Nº Comprados	Onde comercializa*
Galinhas						
D' Angola						
Perus						
Patos						
Gansos						
TOTAL DE ANIMAIS						

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

			EVOLUÇÃO NO ULTIMO ANO			
SUINOS(N.º CABEÇAS/CATEG ORIA)	Nº animais – março 2013	Preço médio unitário	Nº Vendidos	Onde comercializa*	Nº Comprad OS	Onde comercializa *
Criadeiras						
Cachaços						
Leitões < 2 meses						
Leitões 2 a 6 meses						
Porcos > 6 meses						
TOTAL DE ANIMAIS						

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

			EVOLUÇÃO NO ULTIMO ANO			
OVINO(N.ºCABEÇA S/CATEGORIA)	Nº animais – março 2013	Preço médio unitário	Nº Vendidos	Onde comercializa*	Nº Comprado S	Onde comercializa*
Reprodutor						
Ovelhas > 12 meses						
Fêmeas até 12 meses						
Machos > 12 meses						
Machos até 12 meses						
TOTAL DE ANIMAIS						

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

<i>EQUINOS/MUARES</i>	<i>N.º CABEÇAS</i>		<i>Preço médio unitário</i>
<i>< 1 Ano</i>			
<i>1 – 3 Anos</i>			
<i>> 3 Anos</i>			

				EVOLUÇÃO NO ÚLTIMO ANO		
S	COLMÉIA	N.º DE CAIXAS	Consumido (KG)	Valor médio (R\$/Kg)	Comercializada	Onde comercializa
	Rústica					
	Moderna					
	TOTAL DE ANIMAIS					

				EVOLUÇÃO NO ÚLTIMO ANO	
EIXES / ESPÉCIE	Nº de tanques	Consumido (KG)	Valor médio (R\$/Kg)	Comercializada	Onde comercializa
	TOTAL DE ANIMAIS				

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

7. Produtos processados ou beneficiados na U.P.A (Usar produção por dia, semana, mês ou ano)

Produto	Unidade	Quantidade produzida	Preço venda	Quantidade vendida	Onde comercializa*	Uso família
Queijo						
Salame						
Banha						
Conservas						
Artesanato						

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, , empresas privadas se estiver integrado, etc)

8. Auto-consumo da família

Produto	Quantidade (ano)	Unidades (saco, Kg, lt, dz, cabeça)
Milho		
Feijão		
Abobora		
Amendoim		
Hortigranjeiros		
Batata doce		
Abobora		
Moganga		
Aipim		
Ovinos e der.		
Bovinos der.		
Suínos e der.		
Aves		
Leite		
Ovos		
Queijo		
Mel		

Observações:

9. Insumos atividades produtivas

9.1 Insumos das atividades de produção vegetal* (PODE SER CULTURA AGRÍCOLA, COMO PASTAGENS – milheto, azevém, trevo, aveia, etc)

Cultura: soja					Cultura: milho				
Insumo	uant.	Valor Unitário	nid.	Valor Total	Insumo	uant.	Valor Unitário	nid.	Valor Total
semente					semente				
Adubo					adubo				
herbicida					herbicida				
fungicida					fungicida				
Inseticida					Inseticida				
Calcário					Calcário				
óleo diesel					óleo diesel				
Trator (terceiro)					Trator (terceiro)				
Outros					Outros				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

Cultura:					Cultura:				
Insumo	uant.	Valor Unitário	mid.	Valor Total	Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total
Semente					semente				
Adubo					adubo				
Herbicida					herbicida				
Fungicida					fungicida				
Inseticida					Inseticida				
Calcário					Calcário				
óleo diesel					óleo diesel				
Trator (terceiro)					Trator (terceiro)				
Outros					Outros				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

Cultura:					Cultura:				
Insumo	uant.	Valor Unitário	mid.	Valor Total	Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total
Semente					semente				
Adubo					adubo				
Herbicida					herbicida				
fungicida					fungicida				
Inseticida					Inseticida				
Calcário					Calcário				
óleo diesel					óleo diesel				
Trator (terceiro)					Trator (terceiro)				
Outros					Outros				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

Cultura:					Cultura:				
Insumo	uant.	Valor Unitário	nid.	Valor Total	Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total
Semente					semente				
Adubo					adubo				
Herbicida					herbicida				
Fungicida					fungicida				
Inseticida					Inseticida				
Calcário					Calcário				
óleo diesel					óleo diesel				
Trator (terceiro)					Trator (terceiro)				
Outros					Outros				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

Cultura:					Cultura:				
Insumo	uant.	Valor Unitário	nid.	Valor Total	Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total
semente					semente				
adubo					adubo				
herbicida					herbicida				
fungicida					fungicida				
Inseticida					Inseticida				
Calcário					Calcário				
óleo diesel					óleo diesel				
Trator (terceiro)					Trator (terceiro)				
Outros					Outros				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

Cultura:					Cultura:				
Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total	Cultura: milho	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total
Semente					semente				
Adubo					adubo				
herbicida					herbicida				
fungicida					fungicida				
Inseticida					Inseticida				
Calcário					Calcário				
óleo diesel					óleo diesel				
Trator (terceiro)					Trator (terceiro)				
Outros					Outros				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

9.2 Insumos das atividades de criação*

Controle de Endo e Ectoparasitas				
Carrapaticida	Produto	Nº trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Bovinos				
Mosquicida	Produto	Nº trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Bovinos				
Ovinos				
Equinos				
Caprinos				
Vermifugação	Produto	Nº trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Bovinos				
Ovinos				
Equinos				
Caprinos				
Aves				
Suínos				
Bernes/bicheira	Produto	Nº trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Bovinos				
Ovinos				

Equinos				
Caprinos				
Controle de doenças				
Vacinação	Produto	Nº trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Aftosa				
Brucelose				
Carb. Sint. Gangrena				
Carb. Hemático				
Tristeza				
Aves				
Suínos				
Suplemento				
Suplemento	Categoria animal	Quantidade/ano	Época ano	Custo/Un
Sal				
Silagem				
Milho				
Ração				
Concentrado				
Feno				

* Ano agrícola Fevereiro/2012 a fevereiro 2013

9.3 Uso de Homeopatia/fito terapia

() Sim () Não

() Carrapaticida () Berne/bicheira

() Vermífugo () Mosquicida

9.4 Utiliza roçadas das pastagens ? () sim () não. Por que razões?

9.5 No caso sim, qual a época do ano e frequência na mesma?

Época do ano

Frequência

() outono

() todo ano

() inverno

() quando é possível

() primavera

() Outros _____

() verão

9.6 Utiliza a queimada como prática de manejo da pastagem/lavoura?

- () Não
() Sim. Por quê?

Qual periodicidade

9.7 Tipo de pastoreio a. () contínuo b () rotativo

9.8 Utiliza rotação de culturas das pastagens com outras espécies? Quais? (ex. soja verão e azevém inverno)

10. Outras atividades Econômicas Não Agrícolas

Tipo de atividade	Periodicidade		Valor (R\$)	Pessoa da Família
	Mês	Ano		
Aposentadorias				
Pensões				
Aluguel				
Arrendamento				
Outros				

11. Crédito e financiamento

Instituição (A)	Destino (B)	Período Carência	Valor Financiado (R\$) total	Nº Parcelas	Valor da prestação (R\$) (Indicar se é mês/ano)

Código

(A)	(B)
1 Banco (Qual?)	1 custeio agrícola
2 Cooperativa	2 custeio pecuária
3 Fundo Municipal	3 comercialização agrícola
4 Vizinho	4 comercialização pecuária
5 Parentes	5 Investimento agrícola
6 Pronaf	6 investimento pecuária
7 RS- Rural	
8 Outros (Qual?)	

11.1 Outros gastos

Discriminação	R\$ (mês/ano)
ITR	
FUNRURAL	
ICMS	
Sindicato	
Luz	
Água	
Telefone	
Gasolina	
Frete	
Arrendamentos	

12. Ambiente socioeconômico

12.1 Recebe algum tipo de assistência técnica? Qual?

12.2 O Sr faz algum tipo de contabilidade dos gastos e receitas? Por quê?

12.3 Participação social da família na comunidade local e/ou município:

Especificação	Informar se participa
Associação local de produtores e/ou criadores	() Sim () Não
Cooperativas	() Sim () Não
Sindicato dos trabalhadores	() Sim () Não
Associação das mulheres/ clube de mães	() Sim () Não
Associação vinculada a igreja (pastoras, cantos)	() Sim () Não
Clube se futebol, bocha, rodeio, etc	() Sim () Não
Partido Político	() Sim () Não
Outros (especificar)	() Sim () Não
	() Sim () Não
	() Sim () Não

12.4 O meio rural (campanha) está melhor ou pior que antigamente?

12.5 Qual é o grau de satisfação do Sr e de sua família em relação à atividade pecuária/agrícola?

() muito satisfeito () satisfeito () insatisfeito () não respondeu

- 12.6 Quando o Sr pensa no lugar onde vive o que mais valoriza
- () a paisagem
 - () os animais, as plantas
 - () o trabalho na agricultura
 - () a tranquilidade
 - () os vizinhos e a comunidade onde vive
 - () não sabe/ não responde
- 12.7 O que representa para o Sr. (a) morar no meio rural? O Sr. (a) trocaria o campo pela cidade?
- 12.8 O Sr tem perspectivas na agricultura e vê futuro para a sua família nessa atividade?
- 12.9 O Sr gostaria que seus filhos seguissem a profissão de pecuarista/agricultor?
- 12.10 Existe algum membro da família (filho, genro, etc.) que o Sr prevê que continuará trabalhando na sua propriedade depois que o Sr não puder mais trabalhar nela?
- 12.11 Quais os principais problemas identificados na propriedade (infraestrutura, aspectos socioeconômicos e ambientais)?
- 12.12 No seu entendimento o que seria necessário para melhorar a situação da pecuária/agricultura em geral?

ANEXO B – INDICADORES AGRO-SOCIOECONÔMICOS

Superfície Total (ST) - corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola, independentemente do grau e da forma de utilização (com atividades agrícolas, inaproveitáveis, etc.) e da sua situação fundiária (propriedade titulada, posse, comodato, área arrendada, etc.). A Superfície Total (ST) inclui tanto áreas arrendadas de terceiros como as áreas arrendadas para terceiros.

Superfície Agrícola Útil (SAU) - corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola efetivamente explorada com atividades agrícolas, descontadas as áreas improdutivas, as áreas que não estejam sendo exploradas do ponto de vista agrícola e as áreas arrendadas ou cedidas para terceiros.

Superfície própria (Spro) - Corresponde área do estabelecimento agrícola (em hectares) regularizada do ponto de vista legal; pertencente ao(s) proprietário(s) e na qual a utilização no estabelecimento agrícola não incorre em desembolsos em dinheiro, trabalho ou produto.

Superfície Disponibilizada De Terceiros Arrendadas (SDTA) - Corresponde área do estabelecimento agrícola (em hectares) pertencentes a terceiros e que são arrendadas por um curto ou longo período.

Superfície Disponibilizada De Terceiros como Cessão de Uso (SDTCU) - Corresponde área do estabelecimento agrícola (em hectares) pertencentes a terceiros e que são disponibilizadas como cessão de uso por um curto ou longo período.

Mão de Obra total (UTH t) – corresponde ao somatório da mão-de-obra familiar e não familiar utilizada direta ou indiretamente no estabelecimento agrícola. O indicador Mão-de-obra Disponível estima a disponibilidade de mão-de-obra no estabelecimento agrícola. Medida em Unidade de Trabalho Homem (UTH), uma UTH corresponde à unidade de medida utilizada para mensurar a quantidade de trabalho. Uma UTH equivale a 300 dias de trabalho de 8 horas diárias.

Mão de Obra Familiar (UTH f) - somatório da mão-de-obra familiar utilizada direta ou indiretamente no estabelecimento agrícola

Mão de Obra Contratada (UTH c) - somatório da mão-de-obra familiar contratada utilizada no estabelecimento agrícola

O Produto Bruto (PB) - corresponde ao valor final dos produtos agrícolas e beneficiados (artesanato, agroindústria caseira, etc.) gerados no decorrer do ano no estabelecimento agrícola. Integra o Produto Bruto a produção vendida ou utilizada na forma de pagamento de serviços de terceiros, a produção consumida pela família, a produção estocada (produtos agrícolas e animais prontos para abate/ comercialização), a produção utilizada na alimentação de empregados.

$$\text{PB} = \sum (\text{QPVi} * \text{PrVi}) + \sum (\text{QPEst} * \text{PrVi}) + \sum (\text{QPCe} * \text{PrVi}) + \sum (\text{QPCi} * \text{PrVi})$$

Onde:

QPVi é a quantidade vendida do produto “i”;

PrVi é o preço que foi vendido ou avaliado o produto “i”;

QPEst é a quantidade estocada do produto “i”;

QPCe é a quantidade consumida por empregados do produto “i”;

QPCi é a quantidade do produto “i” que foi consumido pela família.

Produto Bruto Total (PBt) - somatório da produção vendida ou utilizada na forma de pagamento de serviços de terceiros, a produção consumida pela família, a produção estocada (produtos agrícolas e animais prontos para abate/ comercialização), a produção utilizada na alimentação de empregados

Consumo Intermediário (CI) - é o valor dos insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos e destinados ao processo de produção do estabelecimento agrícola, tanto agrícolas como utilizados na transformação da produção. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer do ciclo produtivo e, através do trabalho e dos demais meios de produção, transformados em produtos agrícolas. O Consumo Intermediário inclui despesas com insumos (combustíveis, vacinas, corretivos, energia, etc.), manutenção instalações e equipamentos e serviços terceirizados.

O Valor Agregado Bruto (VAB) - corresponde à riqueza bruta produzida no estabelecimento agrícola, ou seja, o Produto Bruto descontado do valor dos insumos e serviços de terceiros utilizados no decorrer de um ano agrícola.

$$\text{VAB} = \text{PB} - \text{CI}$$

A Depreciação econômica - corresponde à fração do valor dos meios de produção existentes no estabelecimento e adquiridos de outros agentes (máquinas, equipamentos, instalações, etc.) que não são integralmente consumidos no decorrer de um ciclo de produção. Bastante variável segundo o tipo e a utilização, estes bens perdem valor seja pela obsolescência seja pelo desgaste em virtude de sua utilização no decorrer do processo produtivo. O fator de produção terra não faz objeto de depreciação, não sendo, portanto incluído nesta rubrica. Para o cálculo da Depreciação econômica, optou-se pela utilização do método linear simplificado:

$$\text{Dep} = \sum (Q_i * \text{BEN}_i) + \sum (Q_i * \text{EQU}_i) / \text{Vri}$$

Onde:

Q_i é a quantidade de benfeitorias ou equipamentos “i”;

BEN_i é o valor atual das benfeitorias “i”;

EQU_i é o valor atual dos equipamentos “i”;

Vri é a vida residual da benfeitoria ou equipamento “i” em anos.

Valor Agregado Líquido (VAL) - corresponde à riqueza líquida produzida no estabelecimento agrícola, ou seja, o Valor Agregado Bruto descontado do valor correspondente à Depreciação (Dep) dos equipamentos e benfeitorias.

$$\text{VA} = \text{VAB} - \text{Dep}$$

Custo de Arrendamento (Arr) - corresponde à despesa realizada no decorrer de um ano agrícola em decorrência de arrendamento ou aluguel de áreas agrícolas de terceiros com fins produtivos, independentemente da existência de contratos legais ou da forma de pagamento (em espécie ou em produto).

Despesa Financeira (DF) - corresponde a despesa realizada no decorrer do ano agrícola em decorrência do pagamento de juros e outras despesas (taxas, seguros, etc.) relacionadas a empréstimos e financiamentos em custeio e em investimento, tanto para agente legalmente reconhecido (estabelecimento bancário, agência de fomento, etc.) como para agente informal (parentes, vizinhos, etc.).

Impostos e Taxas (Imp) - correspondem as despesas realizadas no decorrer de um ano agrícola em decorrência de impostos e taxas diretas e indiretas que afetam o estabelecimento agrícola. Os impostos e taxas podem estar relacionados a um bem ou fator de produção (Imposto Territorial Rural, IPVA, seguro, etc.) ou variando segundo o nível da atividade produtiva (ICMS, IR, contribuição sindical, etc.).

Custos em Salários e Encargos Sociais (S/E) - correspondem às despesas realizadas no decorrer de um ano agrícola em salários e encargos sociais decorrentes da remuneração dos empregados (fixos ou temporários), independentemente de seu vínculo formal (existência de “carteira assinada” ou contrato de trabalho).

Renda Agrícola (RA) - corresponde à parte da riqueza líquida que permanece no estabelecimento agrícola e que serve para remunerar o trabalho familiar e realizar investimentos, ou seja, o Valor Agregado Líquido descontado dos custos de Arrendamento (AR), de Despesas Financeiras (DF), de Impostos (I) e de Salários e encargos sociais (S).

$$RA = VAL - AR - DF - I - S/E$$

Receita Agrícola Líquida (RAL) - corresponde a parte do Produto Bruto obtido no estabelecimento agrícola que tem como destino a comercialização e a venda para terceiros, excluída as despesas com Custos em Salários e Encargos Sociais (S/E), Custo de Arrendamento (Arr), Impostos e Taxas (Imp) e Despesas Financeiras (DF).

$$RecAL = PB - PBac - S/E - Imp - Arr - DF$$

Rendas das Atividades Não-Agrícolas (RAÑA) - correspondem às rendas auferidas pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola que tenham como origem atividades realizadas fora do estabelecimento, independentemente de sua frequência ou intensidade (prestações de serviços, atividades assalariadas, empreitadas, etc.).

$$RAÑA = \sum (AÑA * Rem) + OB$$

Onde:

AÑA é a quantidade de dias ou meses de realização de determinada atividade não-agrícola por ano;

Rem é a remuneração auferida por dia ou mês com a atividade não-agrícola realizada;

Rendas de Aposentadorias (RAPOS) - correspondem as rendas decorrentes de benefícios de aposentadoria e pensões auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola no decorrer do ano agrícola.

$$RAPOS = \sum (Temp * VBen)$$

Onde:

Temp é a quantidade (em meses) de recebimento do benefício de aposentadoria e pensões no ano;

VBen é o valor mensal em reais do benefício de aposentadoria e pensão.

Rendas de Outras Transferências Sociais (ROTS) - correspondem as rendas decorrentes de transferências sociais de origem externa (Bolsas, auxílios sociais, indenizações públicas, subsídios em dinheiro ou produtos, seguro agrícola, etc.) auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola no decorrer do ano agrícola.

$$\mathbf{ROTS} = \sum (\mathbf{Temp} * \mathbf{VBen})$$

Onde:

Temp é a quantidade de recebimento das transferências sociais no ano;

VBen é o valor unitário das transferências sociais em reais.

Rendas Externas (REx) - correspondem as rendas não-agrícolas decorrentes de receitas não agrícolas (arrendamentos recebidos, receitas de aluguel, rendimentos financeiros, doações, heranças, etc.) auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola no decorrer do ano agrícola.

$$\mathbf{REx} = \sum (\mathbf{Temp} * \mathbf{VBen})$$

Onde:

Temp é a quantidade de recebimento das rendas externas não-agrícolas no ano;

VBen é o valor unitário em reais das rendas externas.

Renda Total (RT) - corresponde à soma da totalidade de rendas agrícolas e não-agrícolas auferidas pelo chefe e pelos demais membros da família residentes na UPA, ou seja, o somatório da Renda Agrícola (RA) com as rendas oriundas de atividades não-agrícolas (RAÑA), com as rendas de aposentadoria (RAPOS), com as rendas de outras transferências sociais (ROTS) e com as rendas externas (REx).

$$\mathbf{RT} = \mathbf{RA} + \mathbf{RAÑA} + \mathbf{RAPOS} + \mathbf{ROTS} + \mathbf{REx}$$

A lista dos indicadores combinados utilizados é a seguinte:

SADT / ST - Corresponde a uma avaliação da contribuição da prática do arrendamento para a constituição da superfície total do estabelecimento agrícola. Busca

avaliar a importância do arrendamento de áreas de terceiros, em termos de superfície, para o estabelecimento agrícola.

SDTCU / Spro - Corresponde a uma avaliação da contribuição e importância da área disponibilizada por terceiros como cessão de uso em relação à superfície própria.

SAU/ST - Corresponde a uma avaliação da disponibilidade da Superfície Agrícola Útil em relação à superfície total.

SAU/UTH - Corresponde a superfície agrícola útil disponível por unidade de trabalho e mede a intensidade do emprego da mão-de-obra no estabelecimento rural, quanto maior for o seu valor menor será a intensidade do trabalho nesta unidade de produção.

Mata nativa/ST - Corresponde ao grau de ocupação da Superfície total com áreas de mata nativa.

SAUpas / SAUt - Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com pastagens. Busca avaliar a importância, em termos de ocupação da SAU, das pastagens no estabelecimento agrícola.

SAU past. C.N/SAU past. Total - Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com pastagens com campo nativo.

UTHf / UTHt - corresponde ao grau de participação da mão de obra familiar em relação as necessidades totais em mão de obra do estabelecimento agrícola. Busca avaliar a importância da participação da mão de obra familiar.

CI/PBT - corresponde em termos percentuais, à relação entre os insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos destinados a formação final do produto bruto do estabelecimento agrícola. Proporciona avaliar ao grau de mercantilização entre os diferentes sistemas de produção.

VAL/SAU - Corresponde a contribuição de cada unidade de área em termos de Valor Agregado. Busca avaliar a capacidade de geração de riqueza da área do estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar a produtividade da terra no estabelecimento agrícola.

VAL/UTHt - Corresponde a contribuição de cada unidade de trabalho homem em termos de Valor Agregado. Busca avaliar a capacidade de geração de riqueza da mão de obra empregada no estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar a produtividade do trabalho no estabelecimento agrícola.

RA/SAU - Corresponde a contribuição de cada unidade de área em termos de Renda Agrícola. Busca avaliar a capacidade de geração de renda agrícola da área do estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar o rendimento da terra no estabelecimento agrícola.

RA/UTHt - Corresponde a contribuição de cada unidade de trabalho homem em termos de Renda Agrícola. Busca avaliar a capacidade de geração de renda agrícola da mão de obra empregada no estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar o rendimento do trabalho no estabelecimento agrícola.

RT/UTHt – Corresponde a Renda Total por unidade de trabalho. Busca avaliar a rentabilidade (ou a remuneração) do trabalho obtida no estabelecimento rural ou fora dele.

RA/UTHf - Corresponde a Renda Agrícola por unidade de trabalho familiar. Busca avaliar a rentabilidade (ou remuneração) da mão-de-obra da familiar obtida no estabelecimento rural.

PB animal/ PB total – Corresponde a avaliação da participação do Produto Bruto gerado pela produção animal em relação ao Produto Bruto total.

PB vegetal/ PB total - Corresponde a avaliação da participação do Produto Bruto gerado pela produção vegetal em relação ao Produto Bruto total.

PB ac/ PB comerc. – Corresponde a avaliação da relação entre o Produto Bruto do autoconsumo da família com o Produto Bruto comercializado. Busca avaliar a importância das atividades de produção destinadas ao autoconsumo da família em relação

RAÑA / RT - Corresponde à contribuição das Rendias Não-Agrícolas para a formação da Renda Total. Busca avaliar a contribuição das Rendias Não-Agrícolas a formação da Renda Total.

RAPOS / RT - Corresponde à contribuição das Rendias das Aposentadorias para a formação da Renda Total.

(RAÑA + RAPOS)/RT - Corresponde à contribuição das Rendias Não-Agrícolas para e das Rendias das Aposentadorias na formação da Renda Total.

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

IEPE FCE UFRGS

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

**Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS**

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**título do projeto/tcc**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “título do projeto/tcc” – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “**descrever os objetivos**”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “**Nome completo**” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

(Cidade local) , ____/____/2013